

JOÃO BARTOLOMEU RODRIGUES

## **PROVAS DE AGREGAÇÃO**

(SUMÁRIO DA LIÇÃO)

### **O contributo de Alexandre Herculano e do Jornal “O Panorama” para a Regeneração**

Provas de agregação ao abrigo das “Normas regulamentares da atribuição do título de agregado pela Universidade Fernando Pessoa”, conforme o regulamento nº 307/2008, de 9 de junho, publicado no Diário da República nº 110, da 2ª série.

Sumário da Lição apresentada para cumprimento do disposto na alínea c) do Artº 5º do Decreto-Lei nº 239 / 2007, de 19 de junho

**Universidade Fernando Pessoa**  
Junho de 2023

**O contributo de Alexandre Herculano e do Jornal  
“O Panorama” para a Regeneração**

**(SUMÁRIO DA LIÇÃO)**

- 0. Nota prévia**
  - 1. Introdução**
  - 2. O alvorecer do Constitucionalismo português**
  - 3. Referentes de um Projeto Regenerador: *O Panorama* e o seu Diretor**
  - 4. A influência de *O Panorama* na sociedade oitocentista portuguesa**
  - 5. Nota conclusiva**
- Bibliografia**
- Anexos**

## SUMÁRIO DA LIÇÃO

### 0. Nota prévia

A presente lição foi elaborada de acordo com o disposto na alínea c) do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 239/2007, de 19 de junho, o qual refere que as provas de agregação são constituídas, entre outros elementos, “por um seminário ou lição sobre um tema dentro do âmbito do ramo do conhecimento ou especialidade em que são prestadas as provas, e sua discussão”. A temática da Lição intitula-se: «O contributo de Alexandre Herculano e do Jornal “O Panorama” para a Regeneração». Ela integra-se no ponto 5.5.3 do programa da unidade curricular *Cultura Portuguesa: a Contemporaneidade* que funciona no primeiro semestre do curso da Licenciatura em Línguas, Literaturas e Culturas da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD). Esta unidade curricular dispõe de 4 horas semanais (de natureza teórico-prática e 0,4 de orientação tutorial), divididas em duas aulas de 2 horas cada por semana. A estrutura e os conteúdos apresentados nesta Lição de Síntese adequam-se a uma aula teórico-prática de duas horas. A escolha desta lição baseou-se fundamentalmente no facto de que a temática escolhida reflete parte significativa da investigação levada a cabo pelo docente (desde 2008) de uma perspetiva da História e da Cultura Portuguesa, referente aos quartéis intermédios do Século XIX; aspetos sempre enriquecidos pela experiência pedagógica.

### 1. Introdução

Na presente lição, propomo-nos revisitar e aprofundar a problemática da “Regeneração”. Neste exercício hermenêutico, que busca um novo olhar a partir de novos referentes, parece-nos oportuno, começar por invocar o âmbito das vivências culturais do

segundo quartel do século XIX e evidenciar três marcadores individuais que, em 1837, se cruzaram, convergiram e se complementaram, conferindo um carácter indissipável à cultura oitocentista portuguesa. Invocamos, antes de mais, a criação da denominada *Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis*; num segundo momento damos conta da aparição na praça pública do *Jornal Literário e Instructivo “O Panorama”*, adiante designado por *O Panorama*, - Jornal da referida Associação; e, por fim, o romântico e liberal Alexandre Herculano, cujo desiderato de homem de letras fez dele não somente o fundador do famigerado *Jornal O Panorama*, mas também o seu primeiro diretor e principal redator, cujos cabedais emprestou, até julho de 1839, numa primeira fase e depois de 1843 de forma menos intensa. Na primeira parte, debruçar-nos-emos sucessivamente sobre cada um destes três referentes evidenciando o impacto dessa empreitada na cultura oitocentista portuguesa; num segundo momento, de carácter mais prático, demonstraremos o processo que levou à identificação da autoria de cinco textos anónimos: textos previamente cedidos aos alunos e colocados em anexo, no final desta lição.

Quando *O Panorama* se imprimiu pela primeira vez, precisamente, no dia 6 de maio de 1837, sopravam, ainda, entre nós, os ventos tardios da Revolução Francesa e no seguimento direto do constrangedor processo que levou à instauração do liberalismo político português, os quesitos que diretamente se pretendiam com a notável regeneração<sup>1</sup>, de um país adiado, entravam nesse preciso momento na arena facilitadora do debate público, cujos argumentos se esgrimiam em torno da elite cultural portuguesa, confirmando o que parece uma situação recorrente no trânsito temporal da escola, da cultura e da imprensa, em Portugal:

Uma constante observada na história da educação ocidental é que a idade de ouro da pedagogia coincide com as épocas em que aparecem profundas crises sociais. A decadência, a desorientação colectiva e a busca de soluções para os novos problemas favorecem o debate, a crítica feroz à educação vigente, fazendo-a responsável pela situação, e, como consequência, propiciam um aluvião de projectos e planos educativos, que nem sempre trazem maior clareza à situação.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Regeneração. O que é? Nas páginas seguintes, teremos oportunidade de precisar o conceito e o entendimento alargado que dele fazemos.

<sup>2</sup> BUENAVENTURA DELGADO. In *Fundación Santa María. Historia de la Educación en España y América. La Educación en la Hispania Antigua y Medieval*. Madrid: Ediciones SM, “Presentación”, 1992, pp. 7-16.

Os anos em que *O Panorama* foi dado à estampa foram também os anos em que, em Portugal, se assistiu à inclusão da escola no âmbito de responsabilidade do Estado, corresponsabilizando-se este em implementar o direito de todos os portugueses à educação e em ativar o papel dos sistemas escolares como veículos promotores do desenvolvimento político, social e cultural do país. Lembremos apenas as duas primeiras reformas sobre a educação, em Portugal, protagonizadas por Rodrigo de Fonseca Magalhães e Passos Manuel, respetivamente nos anos de 1835 e 1836, na pegada dos passos iniciais da *Constituição Política da Monarquia Portuguesa*, de Setembro de 1822, composta por 240 artigos, a qual dedica três deles, estritamente, à instrução<sup>3</sup>.

Condutor e marco popular das propostas regenerativas dos anos trinta, *O Panorama* apresentou-se como o educador de uma burguesia emergente. Se esta afirmação parece extemporânea no introito de uma lição, ela justifica-se *per se*, porque nos introduz e contextualiza a questão a que queremos dar resposta: como empreendeu *O Panorama* essa emergência regenerativa que a nação reclamava? A questão aqui enunciada é, por enquanto, maiêutica e reveste-se de contornos pedagógicos: ela nos ajuda (a nós e aos alunos) a questionar o *status quo* a que Portugal tinha chegado e a perceber, num segundo momento, o alcance das propostas regenerativas, que ao longo de 31 anos foram sendo apresentadas. As peculiaridades da época, a longevidade e influência de *O Panorama* e o peso cultural, simbólico e político, no seu tempo e nos tempos seguintes, de uma personalidade com a envergadura de Alexandre Herculano, que esteve na origem dos caminhos da Regeneração, tudo se conjuga para, a nosso ver, justificar a pertinência e a relevância da lição em que nos empenhamos. Não o faremos, sem antes desconstruirmos a visão redutora com que crescemos: aquela que circunscreve a Regeneração ao “período da história portuguesa, desde a revolta militar de 1851, liderada pelo Duque Saldanha e que levou ao poder Fontes Pereira de Melo, até cerca de 1868”<sup>4</sup> e

---

<sup>3</sup> Art. 237 – Em todos os lugares do reino onde convier haverá escolas suficientemente dotadas em que se ensine a mocidade portuguesa de ambos os sexos a ler, escrever e contar, e o catecismo das obrigações religiosas e civis.

Art. 238 – Os actuais estabelecimentos de instrução pública serão novamente regulados e se criarão outros onde novamente convier para o ensino das ciências e das artes.

Art. 239 – É livre a todo o cidadão abrir aulas para o ensino público contanto que haja que responder pelo abuso desta liberdade nos casos e pela forma que a lei determinar. cf. CARNEIRO, Henriques – *Evolução e controlo do ensino em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, p. 311.

<sup>4</sup> Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/regenera%C3%A7%C3%A3o> [consultado em 22-11-2022].

a faz coincidir com o investimento em obras públicas levado a cabo pelo Fontismo. Joel Serrão apela para a licitude em estabelecer dois ciclos da *Regeneração*: o primeiro contempla as tentativas frustradas que se seguiram à Revolução de 1820 para implementar um regime *regenerado*: “vintismo, cartismo, setembrismo até que em 1851, o movimento então triunfante se arroga a própria denominação do projeto nacional tão longamente acarinhado e fracassado”<sup>5</sup>. A Regeneração – já o defendíamos em 2008 – “mais do que um movimento político, foi, parece-nos, no modo como Alexandre Herculano a interpretou, para a ela aderir, uma ideia que alimentou a intervenção cívica, com o intuito de ilustrar a nação portuguesa, de tal forma que Portugal pudesse acompanhar o desenvolvimento dos países mais avançados da Europa. A sua finalidade imediata, recortada no período de tumultuosa perturbação em que se inaugurou a ordem política constitucional, apontava para o renascimento da Nação”<sup>6</sup>, “repondo-a no carril do liberalismo de onde muito se transviara, [para] estabelecer e consolidar a paz nacional, a paz das armas, a paz dos espíritos, na esperança de que os portugueses pudessem dedicar-se ao trabalho com alegria e proveito”<sup>7</sup>.

A afirmação que acabamos de produzir não invalida as duas seguintes afirmações, aparentemente contraditórias: a primeira refere-se ao reconhecimento da ineficiência da governação cabralista (1842-1846 e 1849-1851); na segunda evidencia-se o reconhecimento que tenha sido a partir de 1851 que o país tenha conhecido um período de maior serenidade, onde as guerras civis tiveram o seu ocaso e uma refrescante brisa anunciou o advento da tão ambicionada reforma. E terá sido este o período em que compreensivelmente Portugal entra numa fase de desenvolvimento e franca recuperação, mas incompreensivelmente se acantone a Regeneração à execução das obras públicas levadas a cabo por um Ministro que contraira um empréstimo que Portugal só acabaria por pagar em 2001. Dizemos mais: este novo período, que se prolongou até ao advento da República, como o que o precedeu, foi regido pelo desiderato da *Carta Constitucional*, a que se anexaram sucessivos atos adicionais. No que diz respeito às relações que alimentaram a tensão entre o Estado e a Igreja emergiram de forma mais premente quer

---

<sup>5</sup> “Regeneração”. In Dicionário de História de Portugal. Joel Serrão, vol. VI, p.251

<sup>6</sup> RODRIGUES, João – *A Educação em “O Jornal O Panorama”* [Tese de doutoramento em Ciências da Educação]. Vila Real: UTAD, 2008, pp. 11-12.

<sup>7</sup> CARVALHO, Rómulo de – *História do ensino em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, p. 786.

a questão ultramontana, quer a polémica sobre a introdução do casamento civil no novo Código Civil. Alexandre Herculano em “Eu e o Clero” e nas quatro *Cartas* publicadas no *Jornal do Commercio*, em resposta às do Sr. D. António da Costa protagonizou as respetivas polémicas. Trindade Coelho, na *Comunicação Dirigida à Maçonaria Portuguesa* (1906) – a propósito de outra questão – faz indiretamente um balanço da *Carta Constitucional* e do seu artigo VI no período do constitucionalismo português. A questão que levantamos é a seguinte: por que razão não se consideram estes elementos culturais para contextualizar, circunscrever e alargar o conceito de “Regeneração”?

Aprendemos desde bem cedo que, em ciência, face à autoridade e ao saber instituído, urge estabelecer o equilíbrio entre o respeito e a irreverência. Dentro da margem de manobra que a irreverência nos autoriza, recusamos subscrever a visão restrita e minimalista que os manuais escolares e a maioria dos autores apresentam acerca da Regeneração: tão simples quanto acanhada.

Para provar a pertinências das dúvidas que nos inquietam, bastam algumas considerações: o projeto de participar na Regeneração de Portugal esteve presente nos propósitos da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis (1837), desde a primeira hora, como os *Estatutos* o atestam<sup>8</sup>. Sem nos querermos envolver em polémicas, levantamos apenas algumas questões: Por que razão se esquecem os debates que nos anos 30 e seguintes se travaram em *O Panorama*, precisamente, acerca da Regeneração? Por que se desconsideram as reformas educativas dos anos 1835, 1836 e a de 1844? Alexandre Herculano responde, em 1839, à pergunta, por si, previamente formulada: *Quereis a regeneração?* “Preparai para ela corações tenros com uma educação análoga a seus destinos”<sup>9</sup>. Ou então por que razão se omite o eco que esse mesmo debate teve na geração de 70? A *geração nova* foi a herdeira da utopia de um Portugal regenerado. A Regeneração nasceu, desenvolveu-se e morreu no espectro de um campo magnético que opunha duas forças inconciliáveis: uma representativa da aristocracia do velho regime, que cultivava a inércia, a preguiça, que vivia de rendas e de títulos, apegada a uma tradição rotineira e exploradora, quais molas de uma máquina perra, cujo imobilismo

---

<sup>8</sup> RODRIGUES, João – *A Educação em “O Jornal O Panorama”* [Tese de doutoramento em Ciências da Educação]. Vila Real: UTAD, 2008, p. 97.

<sup>9</sup> HERCULANO, Alexandre – “A Educação e o Estado”. In *O Panorama – Jornal Literario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, n.º 96 de 2 de Março de 1839, p. 67. Daqui em diante esta obra será referenciada como *O Panorama*.

paralisava o desenvolvimento do país; a outra representativa das raras mentes iluminadas e esclarecidas pelos exemplos que campeavam na Europa e a faziam avançar no carril do desenvolvimento, abertas ao progresso, à ciência, ao trabalho, e à novidade<sup>10</sup>.

E como ignorar que a abolição da pena de morte e da escravatura<sup>11</sup> em Portugal não apareçam como pergaminho para falar da Regeneração? Como ignorar a *Carta* de Victor Hugo a Brito de Aranha que, ao contrário da maioria dos estrangeiros que nos visitaram, colocou Portugal no mais alto esplendor, ao declarar: “Desde hoje, Portugal está à frente da Europa. Vós, os portugueses, não haveis cessado de ser navegadores intrépidos. Ides sempre para a frente, outrora no Oceano, hoje na Verdade. Proclamar princípios é ainda mais belo do que descobrir mundos”<sup>12</sup>! Ou ainda: que significado devemos atribuir ao facto do salário do carrasco ter sido abolido em 1863<sup>13</sup>, precisamente, cinco anos antes da extinção da pena de morte em Portugal (1867) e a última execução ter acontecido em 1842<sup>14</sup>?

É sob este espectro humanista que compreende o conceito de “Regeneração” em **sentido lato** que esta nossa lição acontece. Para tanto, invocamos a perspetiva de Joel Serrão, na qual nos revemos e subscrevemos sem qualquer reserva: faz recuar a génese do conceito *Regeneração* nacional à reação “e permanência da ideologia decadentista, filosofia daqueles que, após o início do colapso do império oriental (segunda metade do século XVI), se não resignavam ao exclusivismo da celebração de glórias passadas e teimosamente buscavam encontrar um sentido para o porvir da grei”<sup>15</sup>; por outro lado, o conceito de regeneração reinventa-se e ressignifica-se (na transição do século XVIII para o XIX) com a expectativa da transferência dos ideais iluministas para o liberalismo: este processo de ressignificação contínua, que vai acontecendo ao longo do século XIX, não

---

<sup>10</sup> FERREIRA, Alberto - *Estudos de Cultura Portuguesa (Século XIX)*. Porto/Lisboa: Litexa Editora, 1998, p. 36.

<sup>11</sup> "Anteontem foi assinado o decreto que manda terminar desde já, em todas as nossas possessões ultramarinas, a escravidão", podia ler-se na edição do Diário de Notícias de 27 de fevereiro de 1869.

<sup>12</sup> *CARTA* de Victor Hugo a Brito Aranha, de 15 de julho de 1867.

<sup>13</sup> *DIÁRIO* de Lisboa, n.º 125, de 6 junho de 1863, p. 1748-1749 . Em junho de 1863 na discussão na especialidade do orçamento do Ministério da Justiça, Aires de Gouveia apresenta uma proposta para a eliminação do ofício e do salário do carrasco e uma outra para a abolição da pena de morte.

<sup>14</sup> MEDEIROS, Maria João – *Almanaque do crime português*, 1921; De acordo com a *Revista Universal Lisbonense*, de 21 de abril de 1842, foram quatro as vítimas de Matos Lobo (o último condenado): D. Adelaide Pereira da Costa, os seus filhos Júlia e Emídio, e a criada Narcisa de Jesus.

<sup>15</sup> SERRÃO, Joel – “Regeneração”. In *Dicionário de História de Portugal*, vol V. Porto: Livraria Figueirinhas, p 252.



impede Joel Serrão – e a nós não nos choca – de reconhecer que “ao iniciar-se esse período de 1851-1868, os horizontes mentais de então se rasgaram num sentido de perplexidade nova, ante os destinos da grei nacional”<sup>16</sup>. Esta visão **capitalista** da Regeneração, tal de Fontes Pereira de Melo a entendeu e a implementou “define-se ao mesmo tempo que se ouvem os primeiros vagidos do socialismo e, mais débeis ainda, do republicanismo”<sup>17</sup>.

## 2. O alvorecer do constitucionalismo português

A alvorada do constitucionalismo português foi, não só a causa de uma profunda agitação social, mas também o corolário de profundas alterações políticas, cuja anotação é tangível na emergência de um movimento transformador da vida social, em toda a sua extensão, o que, compreensivelmente, não poderia evitar alvoroços violentos, como aqueles que se verificaram na guerra civil (1832-1834) que opôs os liberais aos absolutistas. Das crispações de 1833 deu-nos conta Alexandre Herculano, num depoimento que sumaria admiravelmente as mudanças que devastaram o país no âmago da sua estrutura:

A época de 1833 foi a única época revolucionária por que tem passado Portugal neste século. Nem antes, nem depois quadra tal epíteto aos sucessos políticos do nosso país; porque só então foi substituída a vida interina da sociedade por uma nova existência. As forças sociais desapareceram para dar lugar a novas forças; destruíram-se classes; criaram-se novos interesses que substituíram os que se aniquilaram, os elementos políticos mudaram a situação.<sup>18</sup>

Note-se que a questão da instrução e da formação do espírito público surge nas mentes dos espíritos ilustrados, particularmente nas dos que tinham vivido como emigrados/exilados em Inglaterra e França, como a única opção capaz de sarar as graves feridas provocadas nos últimos séculos, por políticas desastrosas, obscurantistas e nefastas: 90% de analfabetos são o indicador mais preciso da trágica e vergonhosa

---

<sup>16</sup> SERRÃO, Joel – “Regeneração”. In *Dicionário de História de Portugal*, vol. V. Porto: Livraria Figueirinhas, p 255.

<sup>17</sup> SERRÃO, Joel – “Regeneração”. In *Dicionário de História de Portugal*, vol. V. Porto: Livraria Figueirinhas, p 255.

<sup>18</sup> HERCULANO, Alexandre – *Elogio histórico do sócio Sebastião Xavier Botelho*. In *Memórias do conservatório real de Lisboa*, 1842, p. 33.

situação a que se juntava o atraso industrial<sup>19</sup>. Em 1834, havia mil escolas; só trinta anos depois passou a haver duas mil<sup>20</sup>

Nos começos do governo de D. Maria II, repellido o pesadelo da guerra civil, pressentiu-se uma conjuntura promissora de prosperidade ancorada na paz social que então se vivia. Porém, a esperança dos dias auspiciosos de paz, de trabalho e desenvolvimento com que todos sonharam, na manhã em que a Convenção de Évora-Monte se assinou, esvaiu-se no entardecer do mesmo dia: ocorreu um tempo de crise social, económica, política e militar, à qual as medidas então tomadas - legislação de Mouzinho da Silveira, a extinção das ordens religiosas e as tentativas municipalistas – que ambicionavam arrancar o País do lamaçal em que se atolara, se revelaram completamente ineficazes<sup>21</sup>. Se quisermos ser um pouco mais otimistas, talvez possamos afirmar que 1834 é, apesar de todos os fracassos, a fronteira simbólica que justapõe o “Portugal Antigo” ao “Portugal Novo”: para trás, num exercício de inumação, sepultam-se as memórias trágico-políticas, de um país aluído pelas tormentas de uma guerra civil que lhe ensanguentou o solo; futuramente, gere-se a expectativa do advento da liberdade, da paz e do progresso, tal como o *Repositório Literário* o interpretou no seu tempo:

A época de terror e luta que atravessámos deixou em nós profundas impressões que o tempo não as poderá facilmente delir, e todos os nossos sentimentos, postos em acção por uma séria de acontecimentos incalculáveis, ainda não poderão assentar; as paixões em agitação e até em combate, nem nos podem ainda bem reflectir que gozamos as delícias de um mundo livre. Em tais circunstâncias, pois será bem difícil conciliar a atenção pública, por tantas e tão justas causas distraída; no entanto, depois do restabelecimento das liberdades pátrias, cumpre promover a difusão da instrução pública, a base mais sólida [...] em que aquelas podem assentar, e pouco a pouco ir reparando as ruínas causadas pelos anos do império da ignorância e da inquietude<sup>22</sup>.

Foi nesta conjuntura que emergiu um conjunto significativo de novas instituições ligadas à difusão da cultura: a conjugação das iniciativas dos particulares, estimuladas e acarinhadas pela Rainha, despertaram o espírito de cooperação e de associação nos círculos mais restritos da cultura portuguesa. Essas Instituições de cariz cultural eram frequentemente proprietárias de um órgão jornalístico difusor de conhecimentos que, de

---

<sup>19</sup> CARVALHO, Rómulo de – *História do ensino em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, pp. 548-549.

<sup>20</sup> SARAIVA, José – *História Concisa de Portugal*, 2021, p.443)

<sup>21</sup> RODRIGUES, João – *A Educação em “O Jornal O Panorama”* [Tese de doutoramento em Ciências da Educação]. Vila Real: UTAD, 2008, pp. 23-25.

<sup>22</sup> *REPOSITÓRIO Literário* (1834), *Introdução* ao nº. 1.

acordo com a sua finalidade, eram de natureza científica, jurídica, médica, industrial ou literária. In *grosso modo*, esses órgãos de informação eram essencialmente publicações periódicas, cujos objetivos convergiam em «reunir as suas luzes para, num esforço de cooperação, animar e incentivar o gosto pelas letras, pela indústria, pelo comércio, pela agricultura e pelas ciências em geral, acendendo nas massas o amor do trabalho e da cultura»<sup>23</sup>.

A ilustração do país surgia, assim, como campanha contra a dilação e a imobilidade de um país inconformado com o destino a que tinha sido votado. A missão era civilizadora, a meta era a Regeneração. Daí que, muitas vontades tenham convergido num esforço de ilustrar Portugal. Eis algumas das iniciativas levadas a cabo pela sociedade civil: em 1833, foi fundada, no Porto, a *Sociedade das Ciências Médicas e da Literatura* que, no ano seguinte, deu início à publicação do jornal – *O Repositório Literário*, com a finalidade expressa

de despertar o gosto e a necessidade da instrução, de fazer conhecer o que possuímos e difundir e propagar entre nós os inventos das outras nações, que desde muitos anos favorecidas pelo influxo das instituições liberais, tinham caminhado com rápidos passos no vasto campo das ciências e por este meio contribuído gloriosamente para o esplendor e prosperidade com que [...] fulgiam a par dos outros ainda por encanecidos preconceitos.<sup>24</sup>

No ano de 1834 foi fundada a *Sociedade Promotora da Indústria Nacional*. De igual modo, esta Associação teve o seu jornal – *Os Annaes* – cujo desiderato se materializava na difusão do conhecimento, especificamente, na promoção da agricultura, da indústria e das artes; no ano que se seguiu, apareceu na Capital, a designada *Sociedade das Ciências Médicas*. Em 1836, foi criada a *Sociedade dos Amigos das Letras*, cujo jornal tinha com objetivo “promover as reformas e melhoramentos literários com especialidade no reino de Portugal, e na parte em que pudessem ter imediata aplicação prática”<sup>25</sup>. No dia 14 de Janeiro de 1837, o *Diário do Governo* divulgou uma portaria, onde constava o programa da *Sociedade Civilizadora*, a cujos fundadores, a Rainha tece profundos elogios, manifestando-lhes todo o apoio que de si e do seu Governo dependesse: “Sua Majestade deseja animar e proteger o espírito de Associação, porque é

---

<sup>23</sup> MELLO, Maria Cristina – *O Panorama – História de um jornal*. Lisboa: UL, 1971, p. 8.

<sup>24</sup> *Repositório Literário* - 1834, número 1 de Novembro, p. 9

<sup>25</sup> RIBEIRO, José Silvestre – *História dos estabelecimentos científicos, literários e artísticos*, tomo VIII, p. 359.

só pela reunião de muitas forças e vontades que se poderão acabar grandes coisas, e nada há tão útil como é dirigir a actividade dos Cidadãos para objectos que possam melhorar os seus interesses materiais e morais”<sup>26</sup>.

Em 1837, sob os auspícios de D. Maria II, foi fundada a *Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, sendo esta apoiada por vários representantes do Constitucionalismo. Também esta Sociedade tinha o seu jornal – *O Jornal Literário e Instrutivo – O Panorama*, do qual nos ocupamos.

### **3. Referentes de um Projeto Regenerador: *O Panorama* e o seu Diretor**

*O Panorama* foi dado à estampa, pela primeira, vez no dia 6 de Maio de 1837. A *Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, proprietária do referido jornal, escolheu o seu fundador, Alexandre Herculano, para Diretor e principal redator do semanário, cujo cargo manteria até julho de 1839. A publicação, regularmente publicada aos sábados, pese embora as vicissitudes que o processo conheceu, estender-se-ia por mais três décadas, precisamente até 1868. O primeiro artigo dos *Estatutos da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis*, adiante designados por *Estatutos*, enuncia claramente o seu propósito capital: “Propagar os conhecimentos úteis por todos os meios de que possa dispor, e desde já, por meio de uma publicação semanal, é o fim a que a Sociedade se propõe”. Este objetivo será reiterado no Artigo 45º dos mesmos *Estatutos*<sup>27</sup>, acrescentando mais adiante que, ocasionalmente seria acompanhado pela edição de bons livros por módicos preços<sup>28</sup>, desiderato este que viria a transformar-se no *modus operandi* da prevista ação de difusão cultural.

---

<sup>26</sup> *Diário do Governo*, portaria de 14 de Janeiro de 1837.

<sup>27</sup> *Estatutos da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*. Capítulo V: art. 45º.

<sup>28</sup> Nas primeiras páginas de *O Panorama* diz-se claramente que “entre os propósitos da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, um dos mais vantajosos é o de reimprimir e publicar os nossos bons livros por módico preço”. Refira-se a título de exemplo algumas obras publicadas na tipografia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis: *A Harpa do Crente*, de Alexandre Herculano; *Quadros da História de Portugal*, de A. F. de Castilho; *Reflexões Sobre a Língua Portuguesa*, de Francisco José Freire; *Relação do Novo Caminho Que Fez por Terra e Mar* (2.ª edição), do padre Manuel Godinho; *Dicionário Jurídico-Comercial*, de José Ferreira de Borges, etc.

O *Diário do Governo*, precisamente, três meses antes do primeiro número de *O Panorama* ser dado à estampa, apresenta claramente as linhas orientadoras do iminente semanário: “ensinar o povo para que ele seja menos acelerado ou menos violento em suas opiniões – e oferecer-lhe a instrução por modo que a ele possa chegar o seu entendimento e a sua bolsa, isto é, fácil e barata”<sup>29</sup>. Refere ainda algumas indicações sobre a estrutura que o mesmo deveria seguir, particularmente a obrigação de conter, pelo menos, uma estampa em cada número.

A predizida matriz formal do jornal foi asseverada e esclarecida, pelo Artigo 46º dos referidos *Estatutos*: «Este Jornal será intitulado – “*Panorama Literário e Instrutivo*”; conterà oito páginas de quarto grande e duas colunas, e cada número terá uma ou mais estampas que sirvam de ilustração a algum ou alguns artigos do texto [...]».<sup>30</sup>

Se a definição da forma era importante, as preocupações que diretamente se prendiam com os conteúdos não eram menos. E são ainda os *Estatutos* a indicar uma senda, em que emergem as preocupações estética e ética: “*O Panorama* se deverá distinguir, não somente pela pureza do seu estilo e escolha das matérias, mas também por seu constante respeito à moral pública”<sup>31</sup>. Este requisito axiológico estendia-se à imparcialidade política, imposta aos colaboradores pelo Artigo 41.º dos *Estatutos* – “Não se intrometerá jamais em polémica política, nem mesmo com disfarçadas alusões ou apólogos chistosos”.

Outra marca distintiva deste jornal é o anonimato. Esta diretiva da Direção que exigia aos redatores de *O Panorama* que ficassem esquecidos na sombra do anonimato, data desde a sua fundação e prolonga-se até 13 de julho de 1839, altura em que tal prática começa a ser timidamente abandonada, no preciso momento em que Alexandre Herculano deixa o lugar de diretor e principal redator. Esta práxis é geradora um problema apreciável: não facilita a identificação rigorosa dos artigos procedentes da pena de Alexandre Herculano<sup>32</sup> dos seus dois colaboradores.<sup>33</sup>

---

<sup>29</sup> *Diário do Governo*, 21 de Fevereiro de 1837, p. 3.

<sup>30</sup> *Estatutos da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*. Capítulo V: art. 46º.

<sup>31</sup> *Estatutos da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*. Capítulo V: art. 49º.

<sup>32</sup> Veja-se, a propósito, os dois tomos da *Antologia de Textos Inéditos de Alexandre Herculano*, por nós publicados, respetivamente em 2021 [Tomo I](#) e 2022 [Tomo II](#). Aqui se faz a identificação e a edição dos artigos anónimos, publicados por Alexandre Herculano, no ano de 1837, em “*O Panorama*”.

<sup>33</sup> *Dicionário Bibliográfico*, Tomo XXI, p. 519. Gomes de Brito acusa, no mesmo artigo, a lacuna resultante da falta de informação, ao referir “ainda outros que ficaram para nós desconhecidos”. A questão dos outros colaboradores anónimos foi estudada por nós em Rodrigues (2008).

No que à escolha de matérias diz respeito, os *Estatutos* conceberam o Jornal como uma publicação generalista, onde todas as matérias cabiam, desde considerações históricas, literárias, políticas, económica, extrato de viagens, máximas morais até às mais variadas formas de entretenimento<sup>34</sup>. Esta opção, pela feição generalista e enciclopédica, regida pelo desiderato da instrução, justifica-se pela urgência de “introduzir em todas as classes da sociedade o amor da instrução; porque este é o espírito do nosso tempo, e porque esta tendência é generosa e útil [...]. A nação portuguesa, cumpre confessá-lo, é uma das que menos tem seguido este movimento progressivo da humanidade”.<sup>35</sup>

*O Panorama* inspira-se em modelos estrangeiros, como *Le Musée des Familles*, publicado em Paris, cujos propósitos tendem a coincidir com os de *O Panorama* e de que alguns artigos foram traduzidos para a publicação portuguesa<sup>36</sup>, e, sobretudo, o *Penny Magazine*, jornal inglês que, de acordo com a informação do próprio Herculano, lhe serviu de protótipo: “O Penny Magazine (em cujo molde vazámos O Panorama) [...], e sem ter mudado o sistema de redacção (inteiramente semelhante ao nosso) extrai semanalmente de cada número acima de trezentos mil exemplares.”<sup>37</sup>

Invocar a história de um periódico significa, antes de mais, recordar a sua génese e percorrer as veredas que os seus fundadores, diretores e colaboradores seguiram, desde o ato fundador até ao dia em que a última página foi impressa. Os triunfos e os falhanços, as arduidades e os dias de êxito que *O Panorama* conheceu testemunham o esforço de quantos trabalharam por um projeto de ilustração para Portugal: um projeto que visava regenerar o quadro mental português, estribando-o quer na educação e na cultura, quer na promoção dos bons costumes, que constituiria uma boa base de apoio e sustentação para a causa da liberdade que tão arduamente tinha sido conquistada: “[...] o que mais importa - dizia o Diretor de *O Panorama* - é dilatar por todas as nações, e introduzir em todas as classes de sociedade, o amor da instrução. Negar o aperfeiçoamento intelectual do homem

---

<sup>34</sup> *Estatutos da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*. Capítulo V: arts. 46 e 48°. A diversidade de temas tratados pelo *Panorama* está exemplarmente estudada em Rodrigues, J.; Ribeiro, O. & Moreira, F. (2019: 30-34)

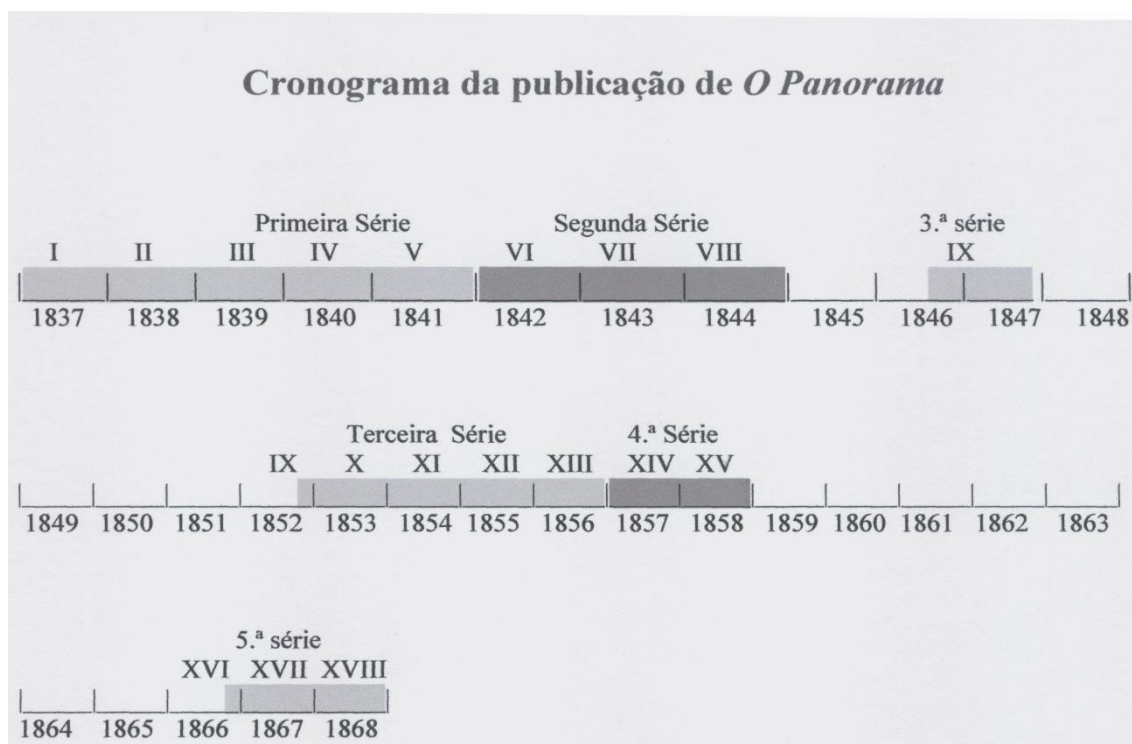
<sup>35</sup> HERCULANO, Alexandre - “Introdução”. In *O Panorama* n.º 1 de 6 de janeiro de 1837, pp 1-2.

<sup>36</sup> A estrutura de *Le Musée des Familles* obedecia ao seguinte esquema: *Études Historiques, Morales et Littéraires, Voyages, Aventures, Études de Moeurs et Magazine (Costumes Pittoresques, Histoire Naturelle, Merveilles Medicales, etc.)*.

<sup>37</sup> HERCULANO, Alexandre - “Gallicismos”. In *O Panorama*, n.º 7 de 17 de junho de 1837, p. 53.

e deixá-lo na bruteza e na ignorância é um ato imoral, um menoscabo de deveres sagrados e, por consequência, um crime”<sup>38</sup>.

O cronograma que se segue dá-nos uma visão sinóptica dos ciclos de publicação de *O Panorama*. Aqui emergem, quer os períodos de efetiva publicação de cada uma das séries, quer ainda os hiatos em que o jornal foi suspenso:



Fonte: Rodrigues 2008

De acordo com o cronograma da publicação de *O Panorama*, podemos observar que a publicação ininterrupta, desde 6 de Maio de 1837 a 28 de Dezembro de 1844, deu origem a oito tomos: eles formam as duas primeiras e principais séries, tendo a primeira realizado na perfeição a ideia que parece ter presidido à sua definição, e a segunda ficou incompleta, porque a publicação foi então descontinuada.

Na primeira série destaca-se Herculano, como Diretor e principal redator do Jornal. Entretanto, em julho de 1839, este abandonou os cargos de Diretor e principal redator de *O Panorama*, para assumir a direção das Bibliotecas Reais da Ajuda e das Necessidades, lugar para o qual fora proposto, por convite pessoal de D. Fernando. Esta

<sup>38</sup> HERCULANO, Alexandre - “Da educação e instrução das classes laboriosas”. In *O Panorama*, n.º 75 de 6 de outubro de 1838, p. 315.

afastamento da direção não significou um divórcio com o Jornal. A intenção de continuar a colaboração com *O Panorama*, deixou-a expressa Herculano, na *hora da despedida*, acompanhando-a com a condição de romper com o injustificável e escandaloso anonimato imposto aos seus colaboradores<sup>39</sup>:

Tendo deixado, por motivo de negócios pessoais, o lugar de principal redactor deste jornal, e desejando, todavia, contribuir com os meus poucos cabedais para uma publicação, que me persuado tem feito algum bem à civilização nacional, continuarei a escrever, quando outras ocupações mo permitam, vários artigos, que serão sempre assinados com as iniciais do meu nome<sup>40</sup>.

Este “adeus” não é uma viagem sem retorno: o cumprimento da promessa encontramos-lo não só na publicação efetiva de extratos dos seus livros, editados em *O Panorama*, mas também numa carta dirigida à Direção: “com repugnância consenti em que se transcrevessem nas páginas de *O Panorama* extractos de um livro meu, então impresso e a ponto de publicar-se. Era honra grande para o livro, mas pouco proveito para o jornal, que não deve viver de fragmentos de coisas impressas”<sup>41</sup>. De acordo com uma nota da responsabilidade de Rodrigo Cordeiro, retirada do *Novo Almanaque Luso-Brasileiro para o ano de 1879*, Herculano terá regressado à redação de *O Panorama* em 1843: “entra ele por novo contrato a 20 de Janeiro daquele mesmo ano, para director do jornal, recebendo então 800\$000 réis anuais, ou 5\$128 réis por página, devendo escrever três páginas em cada número.”<sup>42</sup>.

A primeira série terminou em dezembro de 1841. A segunda continuou sem qualquer sobressalto, sob a direção tripartida de Paiva Manso, João Baptista Massa e M. A. Viana Pedra. Esta segunda série do Jornal, de acordo com uma informação extraída do *O Panorama*, terminou no dia 28 de dezembro de 1844, pelo facto da sua tiragem ter caído para níveis insustentáveis.<sup>43</sup> José Silvestre Ribeiro refere que uma comissão, eleita

---

<sup>39</sup> Os artigos do jornal *O Panorama* eram escritos sob a capa do anonimato. Só a partir dos finais de 1839 é que timidamente se começa a abandonar esta prática. Em 1840, encontramos artigos de Alexandre Herculano, assinados com as iniciais A.H. Nesta fase, muitos dos artigos ainda não aparecem subscritos pelos seus autores.

<sup>40</sup> HERCULANO, Alexandre - “Do Christianismo”. In *O Panorama*, n.º 115 de 13 de julho de 1839, p. 221.

<sup>41</sup> HERCULANO, Alexandre - “Na Estremadura”. In *O Panorama*, n.º 25 de 24 de junho de 1854, pp. 193-194.

<sup>42</sup> *Novo Almanaque Luso-Brasileiro para o ano de 1879*, p. 11.

<sup>43</sup> Tendo sucessivamente diminuído nestes últimos anos, as assinaturas deste jornal, não sendo já suficientes para o custeio das onerosas despesas para o manter em nitidez tipográfica e mais circunstâncias que o igualaram aos melhores estrangeiros, que no seu género se têm publicado e



pela Assembleia Geral da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, declarou que *O Panorama* jamais poderia continuar, quer como empresa literária, quer como empresa mercantil.<sup>44</sup>

A história, porém, é frequentemente mais fértil do que aquilo que, em cada momento, somos capazes de pensar e, passados dezassete meses, a publicação de *O Panorama* foi retomada, ainda que suportada por outra empresa, empenhada em fazer reviver o antigo repositório e em dar seguimento à acção que, prematuramente descontinuada, parecera condenada a ficar incompleta: “O resultado obtido em sete anos de duração cortou-lhe verde a palma, que pedira ao começar a obra”<sup>45</sup>.

O segundo ciclo de vida de *O Panorama* teve início no dia 5 de Setembro de 1846, o qual serviu de abertura à 3ª série. Entre essa precisa data e o dia 13 de Novembro do ano de 1847, foram dados à estampa 38 números. Inesperadamente e sem que nada o fizesse prever, o jornal foi novamente suspenso, ficando a impressão de que algo inesperado terá provocado a prosseguimento do jornal. O carácter inesperado da interrupção torna-se surpreendente com indicação precisa que surge no último artigo do número 38, referente a 13 de Novembro de 1847, que refere, precisamente, na última página a continuidade do artigo que acaba de ser escrito: *continuação no próximo número*.

A segunda descontinuidade prolonga-se por cerca de cinco anos. Seria necessário esperar pelo 25 de Setembro de 1852, para que uma terceira empresa tomasse a iniciativa, de dar continuidade à publicação e, assim, a oferecer-lhe a oportunidade de ressurgir para um novo ciclo de vida.

Registe-se que os números então dados à estampa nos anos de 1846, 47 e 52, os quais resultam de dois ciclos editoriais diferenciados, pois, entre eles media um período de tempo bastante longo, foram, apesar disso, reunidos, pelos respetivos editores, no

---

muitos dos quais têm igualmente findado; a Direcção encarregada de administrar os negócios da Sociedade editora, viu-se na precisa obrigação de convocar a Assembleia-geral dos Srs. Accionistas, porque os Estatutos determinavam a publicação de um jornal literário. Finalmente a Assembleia-geral, em sessão de 23 do corrente Dezembro, decidiu que cessasse a continuação do Panorama, em razão dos motivos acima expandidos. “Aos Senhores Assignantes do Panorama”. In *O Panorama*, n.º 157 de 28 de dezembro de 1844, p. 415.

<sup>44</sup> RIBEIRO, José Silvestre *História dos estabelecimentos científicos, literários e artísticos*, vol. VIII., Lisboa: Acad. Ciências, 1871, p. 408.

<sup>45</sup> “Introdução”. In *O Panprama*, n.º 1 de 5 de setembro de 1846, p. 1.

tomo I da terceira série que formaram. Até ao fim de 1856, altura em que esta série se finalizou, vieram consecutivamente a lume os volumes números X, XI, XII, e XIII.

As dificuldades constantemente acusadas pelos editores não impediram o Diretor de afiançar todos os esforços “para manter a reputação de um semanário, que conta no número dos seus colaboradores alguns dos nomes mais ilustres da literatura nacional”<sup>46</sup>. Este esforço prolongado no tempo foi francamente resiliente para garantir que o jornal continuasse a chegar a casa dos assinantes: em 1857 e 1858, saíram respetivamente os tomos XIV e XV, respeitantes à 4.ª série.

No entanto, apesar de todos os esforços, as dificuldades não se tinham dissipado e a prova de que as dificuldades eram reais reside na nova interrupção do jornal: *O Panorama* foi suspenso em janeiro de 1859 e seria necessário esperar por um hiato de oito anos, para que em janeiro de 1866 uma nova empresa e uma nova equipa arregançassem as mangas e dessem novo vigor ao mais duradoiro e significativo projeto cultural de que a imprensa portuguesa oitocentista se podia ufanar.

A nota de abertura, do primeiro número da 5.ª série, com que o novo Diretor de *O Panorama* se dirige aos leitores é apresentada com o encorajador título: *Dois palavras ao público*. Na *primeira* deplora-se o longo intervalo da derradeira suspensão: “Depois de bastantes anos de interrupção reaparece *O Panorama*, esse brilhante museu de literatura portuguesa, onde penduraram maravilhas duas gerações de escritores. A interrupção deste jornal foi deplorada pelos muitos assinantes que o tinham seguido na sua longa e esplêndida carreira”<sup>47</sup>; na *segunda*, anota a responsabilidade em avocar tão pesada herança e declara o propósito de não se poupar a esforços, tudo fará para levar o projeto a bom termo:

O modo como este jornal foi redigido impõe graves obrigações daqueles que se encarregaram de satisfazer um desejo do público, e que não de tentar não deixar desmentidas as esperanças que o título deste jornal inspira. Não ousariam fazê-lo se não contassem com o auxílio de algumas das penas mais justamente ilustres de Portugal.

Não fazemos programas, nem tentamos captar a benevolência dos assinantes. Ninguém duvidará de que não aceitaríamos (nem pessoa alguma aceitaria) o pesado encargo que tomamos, se não tencionássemos empregar todos os esforços

---

<sup>46</sup> In *O Panorama*, n.º 50 de 16 de dezembro de 1854, p. 400.

<sup>47</sup> “Dois palavras ao público”. In *O Panorama*, n.º 1 da 5.ª série de (sd) de 1866, p.1.

para nos desempenharmos, o melhor que pudéssemos, da tarefa que empreendemos<sup>48</sup>.

Esta nova sociedade deu à luz três tomos (XVI, XVII e XVIII), referentes aos anos de 1866 a 1868, os quais constituem a 5.<sup>a</sup> e última série. No último artigo do último número (51), intitulado “Escritos de Santa Teresa de Jesus”, José Silvestre Ribeiro despede-se dos leitores, afirmando que o artigo que acaba de escrever teria continuidade no próximo número: “desses escritos nos ocuparemos no artigo imediato”<sup>49</sup>. Imediatamente a seguir (na última página do último número), e em nota final, Miguel Soares Monteiro informa os assinantes dos propósitos da empresa suspender, por algum tempo, a publicação de *O Panorama*, com as seguintes palavras: “a empresa do Panorama desejando melhorar o seu semanário, resolveu suspender o semanário temporariamente”<sup>50</sup>. Foi este o final de um projeto regenerador que teve Alexandre Herculano como fundador e mentor do principal e mais duradouro órgão de comunicação que o oitocentismo português conheceu.

#### **4. A influência de *O Panorama* na sociedade oitocentista portuguesa**

Terá *O Panorama* cumprido o propósito que os *Estatutos* lhe traçaram? E como? Essa influência ter-se-á feito sentir para além do seu último número?

Como já tivemos ocasião de anotar, “promover a instrução, principalmente acerca dos conhecimentos úteis”, foi o objetivo prosseguido pela Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis através do seu veículo literário, *O Panorama*. Para tanto, também já o recordámos, o jornal adotou um carácter enciclopedista, decalcado sobre modelos estrangeiros, como o *Penny Magazine* e *Le Musée des Familles*, e procurou tornar-se acessível às mais vastas camadas de leitores. Se os jornais referidos lhes serviram de modelo e inspiração, nem por isso faltou à Direção a sensibilidade necessária para perceberem que a realidade portuguesa era outra, o que exigiu da mesma Direção alterações pontuais na arrumação das mesmas matéria que respondessem à psicologia do

---

<sup>48</sup> “Duas palavras ao público”. In *O Panorama*, n.º 1 da 5.<sup>a</sup> serie (sd) de 1866, p.1.

<sup>49</sup> RIBEIRO, José Silvestre – “Os Escritos de Santa Thereza de Jesus”. In *O Panorama*, n.º 52, s/d de 1868, p. 412.

<sup>50</sup> RIBEIRO, José Silvestre – “Os Escritos de Santa Thereza de Jesus”. In *O Panorama*, n.º 52, s/d de 1868, p. 412.

povo português Esse novo sistema manter-se-á invariável, a partir de início do segundo ano de publicação, até ao final dos seus dias.<sup>51</sup>

Sete anos após o lançamento do 1.º número, em jeito de balanço, Filipe Ferreira de Araújo e Castro, interpretando o espírito dos *Estatutos*, reafirmou a vocação regeneradora do órgão jornalístico de que foi colaborador:

Enquanto, porém, o poder legislativo não adopta um adequado plano de educação geral, cumpre promover, quanto é possível, o melhoramento da educação doméstica e particular, oferecendo à bem entendida sensibilidade e delicadeza das mães, à prudência e firmeza dos maridos, ao ilustrado patriotismo dos magistrados, e ao entendimento [...] dos mesmos educandos, a indicação dos meios que parecem mais acomodados ao progresso e aperfeiçoamento da educação doméstica<sup>52</sup>.

Dentro das contingências que o limitavam, *O Panorama* concebia-se a si mesmo como uma biblioteca aberta a todas as fortunas, respondendo a todos os gostos e interesses, despertando na sociedade portuguesa a paixão pela leitura e pela instrução. A consciência do êxito alcançado foi transmitida por Alexandre Herculano, no preciso momento em que se congratulava com os resultados das tiragens das primeiras semanas da publicação de “*O Panorama*, que logo ao 5.º número se cifrava em 5000 exemplares, caso único em a história das publicações periódicas em Portugal”<sup>53</sup>. Este facto fornece fundamento suficientemente sólido para sustentar que *O Panorama* conseguiu estimular a necessidade de ler em milhares de pessoas de qualquer idade, sexo e extrato social<sup>54</sup>. E ele, declarada a sentença por António Feliciano de Castilho, foi “a assembleia, o espetáculo, a biblioteca pública, e a Praça do Comércio, onde lhes vinham ter notícias dos povos mais longínquos, das gentes mais diversas e até dos séculos mais distantes”<sup>55</sup>. E

---

<sup>51</sup> HERCULANO, Alexandre - “Aos Assignantes”. In *O Panorama*, n.º 36 de 6 de janeiro de 1838, p. 1.

<sup>52</sup> Os RR – “Introdução”. In *O Panorama*, n.º 106 de 6 de janeiro de 1844, p. 2.  
Foram três as propostas de organização do ensino que *O Panorama* avançou: a de Araújo e Castro, a de Silvestre Pinheiro Ferreira e a de José de Torres. Veja-se a propósito RODRIGUES, João – *A Educação em “O Jornal O Panorama”* [Tese de doutoramento em Ciências da Educação]. Vila Real: UTAD, 2008, pp 110-132.

<sup>53</sup> HERCULANO, Alexandre - “Gallicismos”. In *O Panorama*, n.º 7 de 17 de junho de 1837, p. 53.

<sup>54</sup> HERCULANO, Alexandre - “Aos Assignantes”. In *O Panorama*, n.º 36 de 6 de janeiro de 1838, p. 2.

<sup>55</sup> ANÓNIMO - “Do objeto e utilidade dos jornais populares”. In *O Panorama*, n.º 224 de 14 de agosto de 1841, p. 271.

ele, ponderada a modéstia que a parcimónia do distanciamento possível nos autorizou em 2008, foi ainda

o hóspede certo, o conselheiro amigo, o animador ativo e estimulante das tertúlias da capital e dos serões da província. Foi o mensageiro diligente que levou a informação às aldeias, às vilas e às cidades, a janela que se abriu para a compreensão dos seres e das coisas, o arauto das boas novas, um passaporte para o mundo do conhecimento, do recreio, do lazer e da ficção. Foi, numa palavra, um educador privilegiado, de uma geração privilegiada pelas oportunidades de mudança e pelas esperanças de progresso, o educador de uma geração que transportou consigo a Geração de 70<sup>56</sup>.

Do seu incomparável e laudatório prestígio e da profundidade da sua ação civilizadora, deram conta os seus contemporâneos que o avaliaram como “o mais admirável instrumento de iniciação intelectual [...] aperfeiçoou a língua, desenvolveu o gosto pelas letras, fez reviver o gosto pelas nossas tradições na imaginação popular e por ele se deu vôo e impulso a vocações novas que foram gradualmente sobressaindo em todas as esferas da actividade social<sup>57</sup>. Um colaborador anónimo, colhendo da sementeira do primeiro quinquénio seus doces frutos, rejubila com os resultados obtidos em tão curto período de tempo: “conseguiu-se que pessoas adversas à leitura, e que se assustavam à vista de um livro, adquirissem o útil hábito de ler; que as crianças alcançassem por gosto próprio ideias e noções, que só por largos anos e com o peso e enfado do estudo regular obteriam”<sup>58</sup>.

Na mesma linha de júbilo, recordamos o apreço que se lhe reconhece pelos passos do sucesso que o país tem dado no caminho do progresso material e moral, repondo-o no carril do desenvolvimento:

Enfim, se o país tem dado alguns passos no caminho do progresso material e moral, O Panorama pode jactar-se de não ter sido inteiramente alheio a semelhante sucesso. Os documentos irrecusáveis dessa verdade estão estampados nos seus milhares de páginas, e na convicção dela está a recompensa da firmeza com que os seus diversos redactores têm sabido seguir o sistema estabelecido a princípio nas condições e fins desta publicação.<sup>59</sup>

---

<sup>56</sup> RODRIGUES, João – *A Educação em “O Jornal O Panorama”* [Tese de doutoramento em Ciências da Educação]. Vila Real: UTAD, 2008, p. 88.

<sup>57</sup> RIBEIRO, José Silvestre *História dos estabelecimentos científicos, literários e artísticos*, vol. VIII. Lisboa: Acad. Ciências, 1871, p. 27.

<sup>58</sup> *Pan 1841*, p. 271.

<sup>59</sup> Os RR – “Introdução”. In *O Panorama*, n.º 106 de 6 de janeiro de 1844, p. 2.

Araújo e Castro, falando de educação e probidade, é perentório a recomendar a melhor bibliografia quer estrangeira quer, sobretudo, nacional. E qual foi o melhor que escolheu e recomendou da bibliografia portuguesa? “[...] finalmente, na bibliografia portuguesa moderna [...] recomendo a *Revista Universal de Lisboa* e *O Panorama* nos artigos *educação, probidade, ensino público* e outros concernentes à educação e instrução”<sup>60</sup>.

O mesmo autor, em carta datada de 5 de dezembro de 1843 e dirigida ao Diretor de *O Panorama*, congratulava-se com o sucesso de *O Panorama* e da *Revista Universal de Lisboa* (RUL). Rejubilando com o pensamento aí difundido, não se escusa a recomendar vivamente a sua leitura:

Vejo com particular satisfação que os Jornais científicos, o *Panorama* e a *Revista Universal de Lisboa*, continuam a gozar de uma bem merecida aceitação. Enquanto houver quem escreva e quem leia, existe um sintoma de vida social, e uma esperança de que alguém se aproveite; e as gerações futuras, sendo mais esclarecidas e virtuosas, hão-de ser por consequência mais felizes do que a presente.

A empresa da Sociedade, que promove a *propagação dos conhecimentos úteis*, se for sempre bem dirigida, continuará a ser obra de civilização. [...] Deve pois recomendar-se a sua leitura como um meio seguro e eficaz de desafiar o apetite e a curiosidade do povo e das crianças, e de auxiliar os filósofos e os pais de família na importantíssima e gloriosa tarefa de promover a educação pública e doméstica.<sup>61</sup>

No dia 5 de Setembro de 1846, quando se retomou a publicação de *O Panorama*, o seu Diretor, na introdução do primeiro número, congratulava-se, de forma elogiosa, com a forma como *O Panorama* suscitara a aceitação do público leitor: “Na hora mesmo, em que se retirava da imprensa, o gosto da leitura estava criado, e a saudade, com que geralmente o viram desaparecer, era a prova mais lisonjeira disso”<sup>62</sup>.

A 6 de Janeiro de 1868, no início do último ano de publicação do jornal que a Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis fundara havia mais de três décadas, assinalando o nascimento de um novo periódico semanal – a *Gazeta Literária do Porto* – , Camilo Castelo Branco, o seu redator principal, classificava *O Panorama* como um jornal “primoroso e ainda não imitado exemplar de periódico literário”.<sup>63</sup>

---

<sup>60</sup> ARAÚJO E CASTRO, Filipe – “Estudos Morais e Políticos d’um Velho Minitro d’Estado”. In *O Panorama*, n.º 106 de 6 de janeiro de 1844, p. 3.

<sup>61</sup> Os RR – “Introdução”. In *O Panorama*, n.º 106 de 6 de janeiro de 1844, p. 2..

<sup>62</sup> ANÓNIMO – “Introdução”. In *O Panorama*, n.º 1 de 5 de setembro de 1846, p. 1.

<sup>63</sup> Citado por BRITO, António Ferreira – *Gazeta Literária do Porto*. In *Dicionário do Romantismo literário Português* (Coord. Helena Carvalhão Buescu). Lisboa: Caminho, 1997, p. 211. No mesmo

Intimamente revelador, pela posição distintamente qualificada do seu autor, seguramente uma das figuras mais esclarecidas do movimento editorial português até então, é a observação emitida por Silvestre Pinheiro Ferreira que, aliás, alerta para um aspeto menos vezes evidenciado, mas não menos importante, da eficácia sociocultural de *O Panorama*, enquanto repositório de anotação de ideias prolíferas, ainda sem forma definitiva, e como ágora facilitadora do debate, em que se exercita experimentalmente a validade de teses e teorias emergentes:

uma das muitas vantagens [...] do Panorama, é de servir de armazém, em que cada uma possa depositar as ideias que lhe ocorrerem, e cuja publicação, parecendo-lhe poder ser útil, seria impraticável por outro modo; já por serem ideias destacadas, já porque sendo em pequeno número não podem formar um corpo de doutrina.

Isto é o que nos acontece com as ideias-soltas que desejaríamos comunicar ao público, para serem por ele julgadas, e, no caso de o merecerem, elaboradas pelos mestres da arte; a fim de servirem algum dia a formar a tão desejada gramática filosófica da língua portuguesa.<sup>64</sup>

Diremos mais: *O Panorama* não só assinalou uma posição relevante na imprensa oitocentista, pelo largo programa de divulgação cultural, cumprido ao longo da sua existência,<sup>65</sup> como deixou uma marca indelével na sociedade oitocentista, convertendo-se numa verdadeira “escola” de instrução popular e de formação dos seus leitores.

## Nota conclusiva

Se quiséssemos intentar um breve apontamento conclusivo, que de alguma forma constituísse uma amostra representativa do carácter regenerador da sociedade oitocentista portuguesa, poderíamos anotar significativamente que *O Panorama*, respondendo às necessidades e gostos e interesses e curiosidades da burguesia, pequena a grande, foi, com grande sucesso, uma revista de feição enciclopédica que desejou ser, e que a aceitação de

---

lugar, António Ferreira Brito sugere que Camilo poderá ter concebido a *Gazeta Literária* como sucessora do jornal inicialmente dirigido por Herculano. Todavia, salvo indício ou prova de que não dispomos, esta sugestão parece-nos demasiado incerta, tendo em conta que a publicação de *O Panorama* foi continuada até Dezembro de 1868, sem qualquer prenúncio da sua cessação ou da sua interrupção.

<sup>64</sup> FERREIRA, Silvestre Pinheiro – “Philologia”. In *O Panorama*, n. 57 de 28 de janeiro de 1843, p. 27.

<sup>65</sup> MELLO, M. Cristina – *O Panorama – História de um jornal*. Lisboa: UL, 1971, p. 11.

que beneficiou, por parte dos seus coetâneos, fez dela, como muito bem lembrou António José Saraiva<sup>66</sup>, algo equipolente ao *Reader’s Digest*, compreensivelmente reduzido ao seu contexto epocal e ao seu espaço de incidência. E foi seguramente isso que fez com que *O Panorama*, como obra de civilização que se tinha empenhado na tarefa de promover o desenvolvimento de um país, centrando o seu foco de interesses nas questões que se prendem diretamente com a instrução e a educação públicas, tenha sido percecionado, pelos próprios coetâneos, como uma memória viva para o futuro, como um monumento previamente reconhecido como tal, como uma força indelével capaz de lubrificar as molas perras da sociedade e ativar as grandes transformações político-sociais que se viveram, no tempo que se viveu então e que para a História ficou conhecido como a Regeneração.

## BIBLIOGRAFIA

- ANTOLOGIA de Textos Inéditos de Alexandre Herculano Tomo I* (João Rodrigues org.) ISBN: 978-989-53386-1-0, 2021.
- ANTOLOGIA de Textos Inéditos de Alexandre Herculano. 2022 Tomo II.* (João Rodrigues org.): Mundis, edit ISBN: 978-989-53386-3-4, 2022.
- BRITO, António Ferreira – *Gazeta Literária do Porto*. In *Dicionário do Romantismo literário Português* (Coord. Helena Carvalhão Buescu). Lisboa: Caminho, 1997.
- BUENAVENTURA DELGADO - *Historia de la Educación en España y América. La Educación en la Hispania Antigua y Medieval*. Vol 1. Madrid: Ediciones Fundación Santa María, “Presentación”, 1992.
- CARNEIRO, Henriques – *Evolução e controlo do ensino em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, p. 311.
- CARTA de Victor Hugo a Brito Aranha, de 15 de julho de 1867.
- CARVALHO, Rómulo de – *História do ensino em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- COELHO, Trindade - *Comunicação Dirigida à Maçonaria Portuguesa*. Lisboa: Tipografia -Casa Portuguesa, 1906.
- DIÁRIO de Lisboa*, n.º 125, de 6 junho de 1863, p. 1748-1749
- DIÁRIO de Notícias* de 27 de fevereiro de 1869.
- DIÁRIO do Governo*, portarias de 14 de Janeiro e 21 de Fevereiro de 1837.



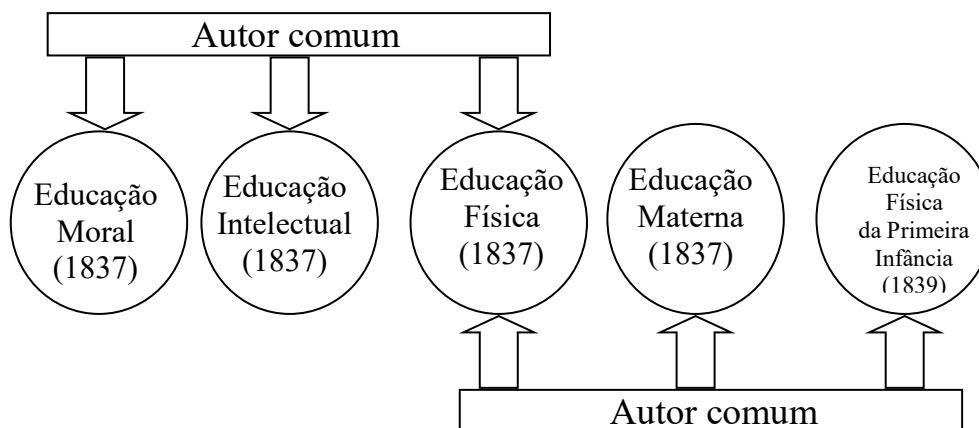
- DICIONÁRIO* Bibliográfico, Tomo XXI, p. 519. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021,  
<https://dicionario.priberam.org/regenera%C3%A7%C3%A3o> [consultado em 22-09-2022].
- ESTATUTOS da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*. Capítulo V: art. 45º; art. 46º; e 48º. e art. 49º.
- FERREIRA, Alberto *Estudos de Cultura Portuguesa (Século XIX)*.  
Porto/Lisboa: Litexa Editora, 1998, p. 36.
- HERCULANO, Alexandre – *Memórias do conservatório real de Lisboa*. In *Elogio histórico do sócio Sebatião Xavier Botelho*, p. 33.
- MEDEIROS, Maria João – *Almanaque do crime português*, 1921.
- MELLO, Maria Cristina – *O Panorama – História de um jornal*. Lisboa. Lisboa: UL, 1971.
- NOVO Almanaque Luso-Brasileiro para o ano de 1879*, p. 11.
- O PANORAMA – Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis* (1837; 1838; 1839; 1840; 1844; 1846, 1854; 1857; 1866).
- REPOSITÓRIO Literário* - 1834, número 1 de Novembro, p. 9
- REVISTA Universal Lisbonense*, de 21 de Abril de 1842.
- RIBEIRO, José Silvestre *História dos estabelecimentos científicos, literários e artísticos*, vol. VIII., Lisboa: Acad. Ciências, 1871.
- RODRIGUES, João – *A Educação em “O Jornal O Panorama”*[Tese de doutoramento em Ciências da Educação]. Vila Real: UTAD, 2008,
- RODRIGUES, João.; RIBEIRO, Orquídea. & MOREIRA, Fernando. In Christoph Muller & Musser Ricarda (ed.) *Revistas Culturais no Mundo lusófono durante o século XIX* (2019: 13 – 37).
- SARAIVA, José – *História Concisa de Portugal*. Lisboa: Contraponto, 2021.
- SERRÃO, Joel – “Regeneração”. In *Dicionário de História de Portugal*, vol. V. Porto: Livraria Figueirinhas, 1967

## ANEXOS

### ANEXO 1- Grelha de análise

Ideias	Textos/ano								
	Da Educação. Física	Instrução Popular	Educação Materna	Da Educação Intelectual	Educação Moral	O século - Educação - Asilos de Primeira Infância	Da Educação e Instrução das Classes Laboriosas	A Educação e o Estado	Educação física da Primeira Infância
	1837	1837	1837	1837	1837	1838	1838	1839	1839
O homem é como uma tabula rasa, onde tudo, bom e mau se regista.	Sim			Sim		Sim			Sim
De pequenino se torce o pepino.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
A presente geração está condenada: a regeneração só para a futura.						Sim	Sim	Sim	
Referência explícita a Pestalozzi, ou implícita ao seu pensamento: - família, religião e a lei. - <i>res non verba</i> na educação; - espírito materno pedagógico - A educação da arte (o desenho e a actividade intuitiva); - Sentimento, intelecto e gosto prático construtivo (molas fundamentais do agir) - A educação ético-religiosa. - Educação pelo trabalho	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim		Sim
A importância da amamentação	Sim		Sim						Sim
Mens sana in corpore sano: o trabalho é o ócio da leitura e vice-versa.	Sim	Sim					Sim		Sim
Denúncia dos falsos receios da educação e a defesa acérrima da instrução popular.		Sim	Sim			Sim	Sim	Sim	Sim
Ideologia de Herculano: - católico - anticlerical - acérrimo anti jesuíta - incisões bíblicas		Sim	Sim			Sim	Sim		
Referência a outros artigos,	Sim (1) (3)		Sim (3)	Sim (1)	Sim (1)	Sim (2)		Sim (2)	Sim (3)
A consistência externa (textos já identificados por outros autores).		Sim					Sim		
(1) Indicação explícita da mesma autoria (2) O autor do artigo <i>A educação e o estado</i> , refere ser o autor do artigo “Asilos de Primeira Infância” (3) Este ponto merecia formar uma linha independente, quer pela frequência com que aparece nos textos, quer pela radicalidade do autor ao defender que só a mulher pode ser uma boa educadora: o homem pelo contrário, perverte os tenros corações. Fizemos esta opção, porque é um ponto central da pedagogia de Pestalozzi.									

## ANEXO 2- Vasos comunicantes



## ANEXO 3

Artigos de *O Panorama* que devem ser previamente lidos pelos alunos para esta aula:

### DA EDUCAÇÃO FÍSICA

O objeto da educação consiste em desenvolver e cultivar todas as faculdades do homem, por tal arte que venham a preencher o fim para que a natureza no-las concedeu.

Podem-se distinguir as faculdades humanas em três classes, a saber: físicas, intelectuais e morais. Dividindo-se, portanto, a educação em três ramos: educação física, educação da inteligência, e educação moral.

Consiste a educação física em dar ao corpo todo o desenvolvimento, a força e a agilidade, de que é suscetível, e considerando-o depois como órgão da alma, aperfeiçoá-lo, por este motivo, o mais que for possível, porque, em verdade, não é somente dos interesses do corpo que se trata na educação física; mas também se buscam nela vantagens para o espírito. Os progressos da inteligência e o desenvolvimento da sensibilidade dependem, em grande parte, de influências físicas.

Têm-se visto almas fortes e puras habitar corpos débeis e frágeis; mas, por via de regra, a organização viciosa e a saúde quebrada impedem e perturbam os trabalhos do espírito, tal como imprimem nos sentimentos íntimos um selo de corrupção. É pois de grandíssima importância que se ponham todos os meios para fortificar e tornar sadia a constituição das crianças. O gosto da vida laboriosa e a capacidade do homem para se dar a ela, raramente se poderão encontrar, sem esta principal condição; e como as classes populares vivem em geral dos recursos da sua indústria, seria atraí-lhes os interesses vitais, se menosprezásemos curar da sua educação física.

Para assisadamente dirigir esta e guerrear com proveito os funestos hábitos, que a ignorância e as usanças arreigadas ainda contrapõem à razão e experiência, cumpre que as pessoas encarregadas da educação da infância possuam noções de anatomia, de fisiologia e de higiene popular.

A anatomia dá-nos a conhecer a estrutura do corpo humano e o uso, delicadeza e importância de cada órgão; a fisiologia, explica-nos as funções, harmonia e desenvolvimento destes órgãos; a higiene, por sua vez, indicando os meios de os conservar robustos e saudáveis, ministra-nos instruções preciosas, que nenhum homem bem-educado deve de ora em diante

ignorar. Têm-se posto de parte semelhantes estudos, trata-se com desprezo a educação física, porque se considera o corpo como fonte de todos os vícios, e olhamos os nossos órgãos como instrumentos da corrupção do espírito. Falsíssimos preconceitos são estes, dos quais devemos fugir; pois a boa razão e a ciência nos ensinam que a alma rege o corpo, e quanto mais se examina a estrutura do homem, mais descobrimos ser o corpo humano admirável ainda, comparado com as mais belas criações do universo sensível.

Quanto à fisiologia e anatomia que é necessário geralmente saber, isto é, que tem uma aplicação doméstica e popular, daremos delas noções em outro lugar, passando agora a falar daquela parte da higiene, que importa imediatamente à educação física da infância. Consiste ela na dietética, ou modo de nos alimentar, na temperatura da atmosfera, no ar e na luz, no asseio, nos meios de prevenir as doenças contagiosas, nas horas da vigília e do sono, do repouso e do trabalho, na escolha das posições do corpo, e, finalmente, em toda a maneira de exercícios ginásticos.

Quanto aos alimentos, bom seria que os peitos maternos fossem para o infante recém-nascido, e nos primeiros meses da sua existência, a única fonte da conservação da vida, porque maus resultados físicos e morais podem provir da alimentação comprada a amas mercenárias. Não entra, contudo, em conta dos deveres maternos o sacrificar a existência para cumprir uma obrigação que o é só, enquanto moralmente é possível. Depois do sustento primitivo, a melhor alimentação, em qualquer época da vida, será sempre a que for mais simples, sendo ao mesmo tempo a hora da refeição regular. O mais que neste lugar poderíamos dizer acerca dos alimentos, o guardamos para quando especialmente falarmos da higiene popular.

Os edifícios destinados para escolas ou colégios devem ser voltados ao poente, tomando as necessárias precauções para quebrar a força do sol nos meses calmosos. Cumpre que estes edifícios sejam colocados em alturas, onde o sopro dos ventos possa renovar facilmente a atmosfera, e construídos de modo que a humidade os não torne malsãos e que, ao mesmo tempo, recebam o ar e a luz em torrentes, por meio de janelas espaçosas. Nas escolas onde se reúnem muitos indivíduos, o ar fica continuamente viciado, daí a necessidade de ser continuamente renovado.

O desasseio é uma das primeiras causas da corrupção atmosférica, pelo que é necessário vigiar muito as crianças a este respeito. Na idade infantil, o homem não tende para ser asseado, nem para deixar de o ser, e a educação é que o faz seguir por um ou por outro caminho. Habitados à limpeza, as crianças a amarão constantemente na vida. Deve-se cuidar nesta parte da sua educação, por tal arte, que se lhes vigie constantemente a limpeza dos vestuários, dos hábitos da vida comum e do corpo, sem que pareça querê-los constranger ao asseio, correndo o risco de serem limpos, não por gosto, mas só por costume, o qual poderia facilmente perder-se.

As horas do sono e do repouso cumpre que sejam regulares e proporcionadas à idade e forças das crianças. Na juventude ou na virilidade, pode o homem variar o tempo do repouso e encurtar-lhe ou prolongar-lhe a duração, sem que dali resulte dano sensível para a saúde, como a experiência nos mostra; porém, na infância não acontece o mesmo, e sobretudo, quando assim não fosse, bastaria a razão de que nesta época da vida é sempre danoso o hábito da irregularidade.

Quanto aos exercícios ginásticos daremos sobre eles um artigo especial.

## **INSTRUÇÃO POPULAR**

Uma observação muito simples basta para demonstrar a necessidade e a utilidade da instrução popular, bem como para combater vitoriosamente e reduzir ao silêncio os amigos e defensores da ignorância do povo.

O homem não é ligado a deveres e obrigações, senão porque é um ser moral; e não é um ser moral, senão porque é inteligente. Os deveres do homem nascem e morrem com a sua

inteligência. O menino no berço não tem deveres, tal como o insensato também os não tem, assim como o bruto. Se o homem perde o uso da razão, os seus deveres cessam ou ficam no entretanto suspensos; e só renascem, quando ele recobra o seu juízo e a sua inteligência.

Para que o homem, porém, conheça e possa cumprir os seus deveres, requer-se um certo grau de cultura em suas faculdades. Sem isso, nunca ele poderá bem governar a sua casa, nem educar convenientemente os seus filhos, nem dar prudentes regulamentos e conselhos à sua família, nem prestar aos seus semelhantes os serviços que dele devem esperar, nem, finalmente, render verdadeira, razoável e digna homenagem ao seu Criador.

Comete, pois, um perigoso erro - direi mais - comete um grande crime quem se opõe a esta tão necessária e tão fácil cultura. Convém antes aconselhá-la, promovê-la, favorecê-la; convém trabalhar incessantemente na instrução de todos os homens, sem exceção alguma; derramar a luz dos conhecimentos úteis, de maneira que a sua benéfica influência chegue a todas as classes da sociedade.

Mas não nos enganemos, confundindo as ideias que estas palavras exprimem.

Quando desejamos, por exemplo, que os homens destinados para o exercício da lavoura, para as artes fabris, para os vários misteres da sociedade saibam ler, não queremos que eles se habilitem para ler muitos livros, para gastar nisto a vida, para virem a ser grandes letrados: não pretendemos encher o mundo de sábios e eruditos. Cumpre ter ideias mais justas da instrução que recomendamos, e dos resultados que dela pretendemos obter. O nosso fim é, tão-somente, que cada indivíduo tenha os meios de empregar, com maior proveito seu e da sociedade as faculdades que Deus lhe concedeu: que tenha os recursos de que pode precisar, em qualquer situação em que a Providência haja de o colocar.

Os meninos pobres, que frequentam as escolas elementares, tiram desde logo a grande utilidade de livrar-se da ociosidade, da distração e dissipação do espírito, dos perigos de uma vida vaga e desocupada, da inclinação para o jogo e dos folguedos tumultuosos daquela idade. Ao mesmo tempo vão contraindo o hábito da aplicação, da ordem, da obediência, do amor do trabalho, da piedade e da recíproca afeição de uns para com os outros, etc.

Além disso: a simples instrução de ler, escrever e contar, desenvolve, pouco ou muito, nos meninos as suas faculdades e dá-lhes um certo grau de cultura moral. Os homens, que têm aprendido aquelas artes, ainda quando em toda a sua vida não abram um só livro, sempre serão mais inteligentes, mais dóceis, mais razoáveis e, conseqüentemente, melhores e mais hábeis oficiais de seus ofícios do que aqueles, cujas faculdades se têm conservado como entorpecidas no meio da grosseira e estúpida ignorância.

Ultimamente, se alguns destes meninos pobres saírem das escolas com uma grande e bem determinada propensão para os livros e para os estudos, o que, certamente, se não verificará na maior parte, nem por isso a sociedade perderá. Muitos homens se têm colocado por este modo numa ordem superior à sua primeira condição e têm feito relevantes serviços às ciências, às artes, aos estados e à humanidade. Quanto mais, que há livros, cuja leitura é sempre boa e útil, e talvez, necessária em qualquer situação ou estado do homem. Os meninos que frequentam as escolas, aprendendo bem o seu catecismo, dão o primeiro passo para o amor da religião; depois de grandes lerão com gosto e utilidade o divino Evangelho... prouvera a Deus, que todos gatassem nesta admirável lição uma hora de cada dia! Outros lerão, também com fruto, as obrinhas elementares e populares, que tratam de seus ofícios, artes e misteres. O hábito destas leituras influi pouco a pouco nos costumes e é um dos meios de evitar os vícios, que acompanham a ociosidade. Tais são os resultados da primeira instrução. Temos visto pessoas, aliás sensatas, rezear e reprovar a propagação do ensino popular por um bem estranho motivo. Dá educação (dizem eles) ao filho de um artífice, de um agricultor: ele deixará logo a profissão de seu pai. - Quando a instrução se fizer comum, ninguém quererá exercer ofícios humildes e laboriosos.

Parece, na verdade, incrível que haja homens tão pouco reflexivos, ou tão preocupados, que deem peso a tão fútil objeção.

Se um homem rico (por exemplo) chamar a sua casa o filho do seu quinteiro, ou de um oficial pobre, o mandar educar com seus próprios filhos, o fizer trajar vestidos ricos e preciosos, lhe fizer aprender as línguas sábias e as artes de luxo, parece natural que o menino venha com o

tempo a desdenhar do estado, da vida, do ofício de seu pai; que lhe seja penoso e repugnante lançar mão ao arado, à enxada, ao machado; que senão julgue igual, mas superior aos seus vizinhos; até que venha a desejar e a pretender empregos.

Mas se aquele homem rico tiver uma generosidade mais ilustrada; se, em lugar de dar ao menino pobre uma educação brilhante, mas perigosa, estabelecer na sua aldeia uma escola elementar, a que possam concorrer todos os meninos pobres, e onde se não ensinem estudos alguns supérfluos, por certo que todos os meninos que a frequentarem, receberão aí princípios religiosos, ideias e máximas morais, regras de bons e virtuosos costumes; todos aprenderão a ler, escrever e contar. Todos saberão bem o seu catecismo, e respeitarão as obrigações religiosas, civis, e domésticas; nada os excitará a abandonar, ainda menos a desprezar o ofício de seus pais. Nada concorrerá para alterar essa igualdade, que se deseja conservada: enfim, não haverá na aldeia senão uma única diferença — que os seus habitantes serão mais inteligentes, e menos ociosos, que terão mais juízo e mais probidade, que valerão, conseqüentemente, um pouco mais que dantes.

### **EDUCAÇÃO MATERNA**

O que é a mulher? - O que é este ente a quem devemos o existir, que guia os nossos primeiros passos ao sair do berço, e que, assemelhando-se a um anjo consolador, vela por nós até descermos à sepultura? Os rudes Francos, saídos dos bosques da Germânia, em vez de estabelecer a mínima analogia entre os dois sexos, estavam antes persuadidos de que a mulher era de uma espécie privilegiada pelo céu, e não duvidaram de havê-la por instituidora e mestra de suas tribos guerreiras. Estes bárbaros (nome que nós lhe damos) tinham com o seu bom e singelo juízo conhecido que onde resplandecesse a ternura materna, aí residiriam todos os elementos do progresso e ventura da humanidade. Brevemente desbordada dos seus direitos sagrados e limitada, em cambio da veneração religiosa que lhe coubera, unicamente aos cortejos de ridículo e culpado galanteio, a mulher foi constrangida a abandonar a sua missão de benfeitora. Contudo, sem embargo da nossa injusta e desassisada usurpação, ainda podemos certificar-nos de que com isto nos privamos nós mesmos de grandes vantagens.

Com efeito, saindo-lhe das mãos, para cair nas do homem, as crianças degeneram logo: a nossa aspereza murcha-lhes as graças: o espírito torna-se-lhes, inflexível e brigoso: esmorece-lhe a esperteza e a perspicuidade, e muitas vezes somem-se ambas para darem lugar à torpe ignorância, ou às tristes conseqüências de uma educação viciosa.

De que nasce isto? — De ser incapaz o homem de desenvolver nelas as primeiras faculdades, sendo tão hábil em aperfeiçoar a própria espécie: assaz afastado da infância pela sua situação social, ignora que sentimentos deva excitar, as molas que há-de mover, nem sabe adivinhar as precisões destas tenras inteligências, cuja linguagem desaprendeu, nem dirigir-lhes as vontades, nas quais já não sabe ler. As mães e só as mães podem aquilo que nunca o homem será capaz de tentar, com bom sucesso; pelo menos até a época, em que o infante, já mancebo, se possa aproveitar das suas lições científicas. Entreguemos pois ao cuidado das mães o exercer as funções para que a natureza as criou. Não nos envergonhemos de confessar que nos enganámos em encarregarmo-nos de um ministério, para que não temos vocação; regeneremos fundamentalmente a sociedade, e em vez de nos arrependermos disso, persuadamo-nos de que nos havemos de congratular desta prudente resolução.

Mas para tornarmos a tomar esta natural senda, nenhum meio desprezemos: cumpre-nos despertar no espírito das mães o sentimento dos seus deveres, aplanar-lhes todas as dificuldades, que poderiam pôr-lhes barreiras, não ao valor, mas à modéstia. Muito podem elas, se quiserem! É o coração da mulher tesouro de afeição infinita - deixemo-nos de desdenhar de suas tentativas úteis, que assim virá uma nova era de regeneração ao mundo.

Não deve a mulher cessar um instante de ser mãe; e, visto haver a Providência posto a seu alcance tudo o que é essencial à existência de seus filhos, cumpra-lhe abster-se de entregar a

peitos mercenários o cargo de lhes sustentar, salvo quando nisso perigar a sua vida: tão sábia e previdente é a natureza, que raras serão as que possam alegar razões legítimas, para se desobrigarem deste sagrado dever.

É pois necessário que a mãe crie seus filhos: a sua ternura lhes deve ministrar todos os socorros: importa que esta responda ao seu primeiro balbuciar; para que eles não ouçam senão palavras de amor. Um abuso que devemos apontar aqui -, e a que não chamaremos crime, porque nasce de intenções puríssimas -, é o mau costume, que tomam as mães, de estropear todas as palavras que ensinam às criancinhas. Que querem dizer estas expressões, em que se corrompem os elementos da linguagem? Porque inventam para os seus pequenos ouvintes um idioma de que nunca eles se hão de servir? Creem acaso que às crianças é mais fácil pronunciar palavras que ninguém entende? — Enganam-se muito se de tal se persuadem. Devem, portanto, deixar-se dessa geringonça que não serve senão para lhes retardar o falar corrente, que é o fim que elas pretendem alcançar.

Quando a criança começa a falar, novos deveres recrescem à mãe, e então se torna importante a sua missão de mestra; porque dessa primeira educação, que lhe vai dar, depende a sorte futura do discípulo. Raras exceções contrastarão os nossos princípios; mas porque se tem visto alguns homens com excelentes disposições triunfarem dos obstáculos que a estas se lhes opunham, e caminharem por estradas que na infância lhes não haviam sido apontadas, deveremos dali tirar argumentos contra a verdade? — Não: — nem receamos afirmar que os vícios, os defeitos, e até a inabilidade, nos provêm de terem dirigido mal os nossos primeiros passos. É pois necessário que bem cedo as mães lancem no espírito dos filhos sementes de sã moral: é preciso, diz Plutarco, tornear-lhes e afeiçoar-lhes os costumes, visto que esta idade tenra está apta para receber toda a casta de impressões; e que lhes estamparemos facilmente nos corações tudo o que nos aprouver. Por este motivo, Platão judiciosamente adverte às mães que não contem a esmo às crianças toda a sorte de fábulas, porque isso lhes recheará as almas de desvarios e erradas opiniões. Todo o apreço que se fizer destes prudentes conselhos será ainda pouco; de feito, porque vemos tão pouca gente dotada de sã razão? Porque vemos tantos engenhos corruptos, cujas ideias desdizem umas das outras, e não geram senão erros e destemperos? É porque acerca deles se não praticaram estes assisados preceitos.

Nem admitimos a desculpa, com que nos viriam, de que é preciso entreter as crianças e ocupar-lhes a atenção, para os distrair dos primeiros padecimentos; e que o mais eficaz modo para o alcançar é o empregar tais meios. — Erro miserável é este! A verdade, ou a mentira, tudo é novidade para a criança; o atrativo que credes que esta acha nos vossos embustes graciosos, acharia na verdade, sem ser necessário danar-lhe a inteligência. Verdade, e só verdade: eis a única estrada que se deve seguir; o que dá hombridade ao homem é unicamente objeto da educação.

Não basta que as mães acelerem, por todos os modos, o momento em que possam comunicar ideias aos seus filhinhos; não basta fazer com que eles amem a verdade: é necessário criá-los logo como quem tem de viver com os seus semelhantes. Grave erro é acreditar que a infância não tem aptidão para receber impressões morais; por muito pouco desenvolvida que esteja a nossa natureza, há nela um tal sentimento de liberdade e de independência, que muito cedo percebemos que perderíamos uma e outra, senão as respeitássemos nos outros.

Houve filósofos que pensaram ser o sentimento religioso a fonte da moral: houve outros que assentaram que desta provinha aquele. Sem disputar aqui acerca dos dois sistemas, diremos, que o sentimento religioso tarde aparece no homem, enquanto a moral parece que é uma necessidade inata nele; do que se conclui que é preciso cultivar-lhe este gérmen cuidadosamente. Nunca seria cedo demais para as mães trabalharem por afeiçoar os tenros corações dos filhos, de modo que compreendam todas as vantagens, que de futuro colherão da moral: a verdadeira educação materna consiste em ensinar-nos que sejamos benévolos para com os nossos semelhantes, que amemos todo o bem, e que respeitemos tudo o que é digno de se respeitar e venerar.

Devem porém ir nisto com tento, e como quem busca diverti-los, aproveitando todas as circunstâncias para delas fazer nascer uma educação fecunda, e guiando a alma das crianças por tal arte, que venham a amar tudo o que pode aperfeiçoá-las. Devem pôr a mira em afastá-las do

hábito de se servirem de termos baixos e desonestos, porque - como dizia Demócrito - as palavras são a sombra das obras. Que havemos de esperar de crianças cuja boca se acostumou a servir-se de termos, que breve lhes corrompem até os melhores sentimentos?

Nisto fica, cerrado o primeiro grau de educação materna: com efeito o infante já sabe exprimir o que sente: não se transviou a sua inteligência: sãs doutrinas alimentaram o seu tenro coração: cresça: que a sociedade não se envergonhará de o ter por membro: mas a coisa não para aqui: o interesse pessoal leva-o a outros estudos, necessários, segundo as nossas instituições políticas: será homem honrado: mas cumpre também que seja instruído: nestes deveres entra ainda em parte o ensino materno; aqui, pois, começa a instrução que a ela toca dar-lhe.

O que vem a ser a instrução? Vem a ser em suma os princípios necessários para em nós se desenvolverem as faculdades da reflexão: o seu alvo é guiar a nossa inteligência até onde pode chegar. Difícil é, diz Nicole, dar regras gerais acerca da instrução; porque é necessário proporcioná-la aos diferentes graus de luz e trevas, que variam segundo as diversas castas de entendimentos: podemos dizer, que, sendo a instrução das crianças dependente sempre dos sentidos, importa, quanto for possível, que se lhes ligue aos sentidos as lições que recebem, e que estas se lhes deem, não só de ouvido, mas também de vista, porque nenhum sentido há, que mais vivas impressões produza na alma ou que gere ideias mais claras e distintas. Acrescentaremos agora, que este ponto é um dos que mais se tem desprezado no ensino e que desassisadamente nos havemos embrenhado por teorias incertas, ao passo que era mais natural e profícuo fazer com que as crianças se instruissem pelos sentidos em tudo o que pudesse ser.

*De futuro falaremos acerca desta instrução primária de que as mães devem encarregar-se.*

## DA EDUCAÇÃO INTELECTUAL

A educação intelectual e a educação moral tratam da alma, como a educação física trata do corpo.

A tarefa da primeira é compor a inteligência, isto é, dar-lhe os necessários conhecimentos e capacidade para desempenhar o papel que tem de representar na cena da vida.

A inteligência manifesta-se primeiro pela atenção, que não é outra coisa mais do que a inteligência aplicada a uma coisa, concentrada em um só objeto. A atenção comumente é excitada por uma sensação, isto é, um sentimento de prazer, ou de dor, ocasionado por um objeto externo, por uma impressão qualquer sobre o corpo, por um objeto, que impressiona algum dos nossos órgãos. A inteligência, avisada pelos sentidos, percebe o objeto, e este ato de percepção dá-lhe a ideia de uma coisa, quando a atenção se dirige alternativamente a duas coisas, ou duas impressões, ou duas sensações, a inteligência sempre ativa, sempre diferente das sensações e das impressões, está em estado de as comparar. Da comparação passa ao juízo; pronuncia-se sobre a relação que existe entre uma e outra coisa, e diz que uma coisa é melhor ou pior do que outra. De muitos juízos se compõe um raciocínio. *Todos os homens são mortais* - eis aqui um juízo; *eu sou homem* - aqui está outro; ambos me conduzem a esta conclusão: *logo eu sou mortal*.

O raciocínio umas vezes é curto, outras vezes longo. Examinado miudamente reduz-se sempre a alguns juízos, dos quais tiramos uma conclusão. *Esta casa me convém*. Estas palavras encerram um raciocínio completo, que pode desenvolver-se desta maneira; *Eu sou um negociante, tenho muitas fazendas, preciso uma casa com grandes armazéns, que esteja situada num bairro bem frequentado; ora esta casa reúne todas estas vantagens, logo esta casa me convém*.

Ninguém há que não esteja em circunstâncias de fazer este raciocínio. O povo os faz muito subtis. Toda a gente discorre, toda a gente está obrigada a discorrer. Para fazer uma panela de feijão é necessário um raciocínio mais complicado do que este que citámos. Portanto, é inexactíssimo dizer que o hábito de discorrer é funesto: o que deve ser proscrito é discorrer mal, e



nunca o usar da razão. Nada há tão funesto como raciocinar mal, porque se não delira senão por paixão ou por ignorância, inimigos perversos da espécie humana.

É importantíssimo recomendar ao homem que se habitue a discorrer, e desde a infância encaminhá-lo, para se acostumar a observar bem as suas impressões e sensações, a tomar boa conta das suas percepções, a formar ideias bem claras, bem completas, a comparar as coisas com toda a atenção e por todas as faces, a não proferir juízos senão com perfeito conhecimento de causa, e a não discorre senão sobre juízos bem exatos.

Longe de desgostar ou de cansar as inteligências tenras, nada as recreia tanto como os exercícios de comparação e de raciocínio. Nas escolas da Suíça, da Alemanha e da Holanda usam muito destes exercícios.

Porém, debalde a nossa inteligência se enriqueceria com percepções, ideias, juízos e raciocínios, se não tivesse a faculdade de os conservar, e de os recordar quando precisa. Mas todos sabem que ela possui esta faculdade, a que chamamos *memória*. Também é sabido que as nossas ideias chamam naturalmente umas pelas outras, ou por algum ponto de parecença ou de contraste ou por outras causas. O caso é que esta associação natural das ideias e estas reminiscências involuntárias prestam à memória um grande auxílio.

A estas faculdades a nossa inteligência ajunta outra, isto é, a de combinar as nossas ideias de modo que faça novas creações ou imaginar coisas que não existem, ou que pelo menos não existem como nós as imaginamos. Com os rochedos e as árvores, os homens e as cores, que tem visto, executa o pintor uma paisagem, que tem o merecimento da novidade, e é uma espécie de criação produzida na tela ou na madeira. O músico combina por um modo análogo os sons que recebera pelo ouvido, e compõe sonatas e árias, que jamais os rouxinóis trinaram. O arquiteto combina pedras, vigas e tábuas, para fazer uma casa, e assim cria palácios, como os poetas os concebem na imaginação.

Também se fazem ataques à imaginação como à razão; também do mesmo modo a temem: é uma louca, e desvairada, dizem; e com enfeito às vezes assim é; mas por isso mesmo é necessário explicar bem à mocidade o que ela é, o que pode e deve ser; o que tem e o que não tem de razoável em si.

É este o dever da educação intelectual; ela deve explicar as faculdades da inteligência e exercitar cada uma de modo que venham a ser tão úteis ao homem como Deus quer. Quem ataca a imaginação, que nos é precisa a cada passo na vida, não tem razão: mas quem combate a imaginação, que se diverte em extravagâncias e em sonhos, que doidamente lisonjeia a camponesa com a prospectiva de ser um dia princesa, e o pastor com a de vir a ser grão senhor, esse sim que tem razão de sobejo. Dizei aos meninos o que é a imaginação, o que ela vale e não vale; ensinai-os a sujeita-la à razão e obrareis muito melhor do que proibindo-lhes a leitura de certos livros. Há, sem dúvida, alguns que se não devem consentir: os maus livros são como as más ações; tanto se hão de combater uns, como as outras. Todavia é necessário compreender que para ambas estas coisas desaparecerem não basta proscreve-las com violência, é muito mais valioso ensinar às consciências novas a detestar o mal. Tal deve ser o resultado da educação intelectual, cuja mais bela parte é a explicação das faculdades, que acabámos de indicar.

Esta ciência tem nas aulas o nome de psicologia. Nada importa o nome; a ciência é preciosa, porque oferece noções, que nenhum preceptor da juventude, nenhum pai de família ilustrado deve ignorar. O mesmo são as regras e os métodos que nossa inteligência deve seguir, aplicando-se à indagação da verdade: estas regras e estes métodos constituem uma ciência, mas que é de uso geral, e está ao alcance de toda a gente. Chamam-lhe lógica, e o povo tem uma lógica, e tem precisão da sua lógica, como a classe superior e como os sábios precisam da sua. O povo segue, mais naturalmente e com mais fruto, as regras da natureza e os métodos do senso comum do que os sábios seguem as da ciência. Não podem contudo aqui inferir-se consequências contra o estudo. O que se quer dizer é que na lógica científica se tropeça muitas vezes, e que o vulgo é de ordinário mais feliz com a sua lógica do senso comum: que esta se aplica unicamente às coisas mais ordinárias na vida, e que a dos sábios se aplica a questões mais levantadas e difíceis.

As pessoas encarregadas da educação da mocidade acharão tanto gosto em lhe explicar os métodos e as regras que se seguem no uso das nossas faculdades, como em lhe desenvolver a

teoria das mesmas faculdades. Com efeito, examinar com os meninos até que ponto nos iludem os nossos sentidos, apresentando-nos como redonda uma torre octógona<sup>67</sup> que está a certa distância de nós; ensinar-lhes até onde, e em que circunstâncias podemos acreditar nos testemunhos dos outros; encaminhá-los a distinguirem as verdades *evidentes* das que não o são, as verdades *necessárias*<sup>68</sup> das que são puramente *contingentes*<sup>69</sup>, é coisa fácil instrutiva e divertida.

Será ainda mais fácil e, por certo, mais instrutivo firmar cada uma das faculdades da inteligência no seu necessário desenvolvimento.

A sensibilidade desenvolve-se em precisão de estudo especial, compreende-se facilmente; portanto, só é necessário explicar bem aos meninos algumas sensações fortes, algumas impressões profundas, e fazer-lhes observar bem a percepção que se lhes segue e a ideia que esta fornece. Dêmos um exemplo trivial. Pondo na mão dum aluno um pêro cozido, alguma coisa quente, faz-lhe uma impressão nos órgãos, causa-lhe uma sensação de calor; ele observará esta sensação, ou a *perceberá*: ela lhe dará a ideia de um corpo um tanto extenso, um tanto mole, um tanto pesado, e que tem uma certa forma, etc. — Portanto, esta *ideia* abrangerá os elementos das ideias da *extensão*, da *resistência*, do *peso*, da *rotundidade*, etc.

A atenção, que muito importa cultivar, explicar-se-á também com facilidade, distinguindo-a bem da distração, da desatenção, da dissipação das ideias; observar-se-á quanto ela nos ensina dilatando-se, e quanta exatidão e clareza então presta aos nossos conhecimentos. Este ponto é de sumo interesse. O que nós vulgarmente chamamos uma cabeça vigorosa e bem organizada, não é outra coisa senão uma inteligência habituada a concentrar as suas faculdades num só objeto: as cabeças frágeis são as incapazes de se aplicarem a coisa alguma seguidamente, e com atenção. Já se vê de que importância é estimular e fortalecer bem esta faculdade, que é a primeira de todas.

Na educação dos meninos de contínuo lembram-lhes a atenção; porém recomendam-lha quase como se manda a soldados apresentar armas. Dir-se-ia que não há mais, da parte dos meninos, do que o quererem. Seria, porém, melhor encaminhá-los para o quererem: seria melhor promover, estimular, e entreter a atenção do que regê-la imperiosamente. Ela obedece enquanto está de boa vontade, mas dessa forma apresenta-se por momentos; se continuais a exigir dela por muito mais tempo, sabei mantê-la, isto é, excitai-lhe a curiosidade da inteligência; interessai-a, ao mesmo tempo que a instruis. Nada de monotonia no ensino. Quando assim tiverdes feito o vosso dever, e ela o seu, parai; porque sendo violentada, observaria, apenas, momentaneamente a ordem e seguiria mal para diante.

Para fixar e prender bem a inteligência dos outros, é necessário que a lição seja rica de ideias, que produza o seu pensamento d’um modo veemente e claro, que varie as suas instruções, e que desça bem, e fique ao alcance daqueles que a recebem.

O modo por que abusam da primitiva curiosidade dos meninos, a secura das narrações que lhes embutem, a inutilidade das explicações que lhes dão, o escárnio que fazem dos seus esforços, tudo isto os desgosta, os desmoraliza e assassina na sua origem aquele génio verdadeiramente filosófico, que de contínuo os impele a perguntar-vos: *mas como é isto? ... mas como se faz isto?* Que admirável método se acharia observando os seus primeiros passos, espreitando a sua instrutiva curiosidade, alimentando a sua natural aplicação!

Depois da atenção, que sem cessar lhes pregam e nunca lhes cultivam, a única faculdade, a que ainda dão exercício, é a *memória*. Pelo muito que tratam dela, parece que nisto se cifra toda a inteligência e toda a alma. Mas em que a empregam? Em palavras e textos difíceis, em frases abstratas, em períodos incompreensíveis, em discursos não especificados. O menino aprende tudo, sobrecarregam-lhe a memória com milheiros de coisas inúteis, e pensam que fica sabendo

---

<sup>67</sup> Figura de oito lados.

<sup>68</sup> Deus é justo, é uma verdade necessária.

<sup>69</sup> Paulo é avarento, é uma verdade contingente, i porque não é força que Paulo seja avaro.

algumas quando sai das aulas: mas em breve se conhece que de quanto aprendeu nada compreendeu.

A memória, como é sabido, para ser boa deve receber com presteza, guardar com fidelidade, reproduzir com prontidão. Ela é tão dócil que faria tudo isto só com a condição de fazerem compreensivas as coisas que lhe apresentam. Eis aqui a regra principal. Fazei que vos compreendam, não trateis o homem como máquina: sejam as vossas lições escolhidas e bem entendidas. É tempo de desterrar sistemas de frades da Companhia, que, para mal da instrução pública do nosso país, não desapareceram com eles. Fazei aprender palavras, que assim é preciso, mas vão a par delas os pensamentos, e liguem-se as coisas como convém. Cada palavra tenha um sentido, exprima algum facto, alguma ideia, porque são as ideias e os factos que se hão-de explicar e consignar à memória

Não deve a memória cultivar-se à custa das outras faculdades. O juízo e a imaginação requerem igual cuidado. O juízo, principalmente falando, é a consciência e a razão do homem; ora, na vida humana, não há um instante em que a consciência e a razão não tenham que julgar alguma coisa, que decidir algum negócio, que tomar alguma deliberação. E como se exporá alguém a falar sem empregar a razão, a obrar sem o impulso da consciência? Logo, é restritamente necessário que o juízo seja cultivado com o maior esmero e atenção. E como se cultivará? Sobre que recairão os seus exercícios na educação primaria? Sobre todas as questões que estiverem ao alcance dos meninos, sobre tudo o que ele vê e ouve e lê e, principalmente, sobre a que diz. As ocasiões nunca faltam, o que faltam são as direções, porque os pedagogos e os pais estão pouco habituados a estes exercícios.

Ainda neste ponto quase todos concordam; porém, já não é tão geral a opinião da conveniência de exercitar a imaginação; mas somente porque estão a este respeito num erro, que já apontámos. Tomam por imaginação os seus delírios, as suas extravagâncias e desvarios. Mas é exatamente por que essa bela faculdade é sujeita a deploráveis aberrações, que é necessário regulá-la e dizer o que ela é positivamente e o que deve ser. A imaginação é senhora quando a razão é serva; porém, isto é uma usurpação: ela é que deve ser a serva da razão; auxiliá-la e executar-lhe as vontades, pode, aos trabalhos da razão, unir algumas combinações, mas não criar monstros; ela imagina pelas imagens o que de antemão recolhera.

Para cultivar a imaginação, a duas coisas se há de atender: habituá-la a reproduzir e representar exatamente as imagens das coisas, e a combiná-las útil, feliz e engenhosamente. Todas estas combinações são úteis; e não se creia que ela serve somente aos artistas que têm de pintar quadros ou compor peças de música, aos poetas que têm de inventar personagens, cenas e discursos patéticos. A imaginação é também. útil ao operário, ao cultivador e ao professor de eloquência. O cultor e o jardineiro têm que executar mil trabalhos segundo a sua imaginação; o arquiteto, o pedreiro, o marceneiro, o tapeceiro, etc., sem cessar, precisam de consultar a sua imaginação. Não há homem de ofício, por grosseiro que seja o seu trabalho, que possa dispensá-la; isto explica o pouco sucesso de muitos, o mau gosto e o disparatado de suas obras e a sua condição miserável, porque lhes falta a imaginação, ou para melhor dizer, porque a sua imaginação, privada das direções que estabelecem o gosto, os desvaira ou os ilude.

Pestalozzi, que tão bem compreendeu a educação, porque a estudou de todo o coração, porque conheceu o povo e as suas misérias, não fez pouco caso da imaginação; e a cultivava principalmente com o desenho linear, mas este desenho não era como o de muitos mestres, que se limita a figuras de geometria, à cópia de alguns móveis, de alguma peças de arquitetura, ou de algumas máquinas. O desenho linear na escola de Pestalozzi era uma arte da imaginação. Longe de restringir os alunos a simples cópias, aquele grande mestre provocava pela sua parte combinações de todo o género. Convidava-os a compor de três linhas curvas, que traçava num espaço negro, cinco figuras diferentes. Depois que os seus alunos tinham executado esta ordem, escolhia das figuras, que eles inventavam, uma porção das mais bonitas, mandava-as copiar num caderno de modelos, e comunicava-as aos principais fabricantes do seu país, que ficavam muito satisfeitos e aproveitavam esta coleção para os desenhos dos tecidos, que saíam continuamente das suas imensas manufaturas.

Por este, e semelhantes modos positivos, se exercita a imaginação; e são milhares de vezes preferíveis aos contos cavalleirescos e de fadas, com que outrora a deslumbravam: contos e patranhas que teriam falsificado todas as noções justas e úteis, senão houvessem na razão humana um fundo de bom siso inesgotável.

Fornecer à imaginação muitos objetos, imagens e coisas úteis, enriquecer a memória com princípios bem exatos e completos, dar ao juízo, à razão, e à consciência a maior retidão possível, eis aqui a verdadeira educação intelectual. O bom pedagogo da mocidade saberá devidamente avaliar a sua importância, e não perderá as ocasiões de a desenvolver e cultivar.

## DA EDUCAÇÃO MORAL

Quando em o nosso N.º 27 se deram as principais regras da educação intelectual, foram de volta com elas indicadas as de educação moral: resta, portanto, desenvolver estas.

A educação moral tem por objeto amoldar os costumes, os quais dimanam dos sentimentos, e manifestam-se nas ações.

Os nossos sentimentos uns são físicos, outros morais; a dor que nos causa uma ferida é física, a dor que nos causa a morte de um amigo é moral: porém, a educação moral só trata destes últimos sentimentos, os quais procedem de um princípio, ou de uma faculdade da alma, a que chamamos *sensibilidade*. Esta é inerente à nossa natureza: foi-nos dada pelo Criador, e é conforme às *leis* morais que ele assinalou a todos os viventes, que têm uso da razão.

A nossa vontade é a resolução que tomamos de obrar, em virtude dos nossos sentimentos. Somos naturalmente inclinados a obrar em consequência destes sentimentos, mas não somos forçados, porque podemos examinar os motivos que nos dirigem, e temos liberdade para preferir este, ou aquele partido. A educação moral deve encaminhar-nos a escolher sempre o melhor, fazendo bom uso da nossa liberdade. A tarefa é simples, porém magnífica; porque tanto se avantajam a educação intelectual à física, tão superior é a educação moral à intelectual.

Esta educação demanda um estudo muito severo do homem moral. É fácil quando bem encaminhada; mas de ordinário é dificultosa, porque a dirigem mal, e porque a abandonam a toda a casta de influências que, ou a paralisam, ou a adulteram. Desenvolveremos alguma coisa as ideias, que acabamos de emitir, para que se compreenda quantos conhecimentos e atenção requer a educação moral, para ser perfeita e eficaz.

Os nossos sentimentos morais emanam, por uma parte, das disposições privativas das faculdades naturais, de que a nossa alma é dotada, e desenvolvem-se, por outra parte, pelas sensações físicas da dor e do prazer. Desde os primeiros dias da vida se suscitam as nossas sensações e formam os nossos sentimentos. Amamos o que nos causa sensações agradáveis, o que satisfaz os nossos apetites naturais, o que lisonjeia os nossos instintos físicos: odiamos tudo o que no-los contraria: consideramos o prazer como um bem, a dor como um mal. Portanto, o prazer e as dores são as nossas primeiras sensações; o amor e o ódio os nossos primeiros sentimentos; as noções do bem e do mal as nossas primeiras ideias.

Estas ideias, estes sentimentos e estas sensações referem-se ao físico, mas é tal no homem a conexão do físico com o moral, que do primeiro se aplicam estas primeiras lições logo ao segundo. Uma criança ama de todo o seu coração, e com suas mais puras afeições, todos os que lhe fazem bem, seu pai, sua mãe, toda a sua família, em suma, todos os que se mostram seus amigos: pelo contrário, toma aversão a todos os que se mostram seus inimigos. Isto, sem dúvida, será egoísmo, mas é um egoísmo, que a natureza nos dá, que exigem os nossos primeiros instintos, o amor de nós mesmos, o instinto da própria conservação. Este instinto, abandonado a si mesmo, desenvolver-se-ia por modo espantoso e se converteria em egoísmo absoluto; mas sendo bem dirigido é o manancial de todas as virtudes. Com efeito o nosso *Eu* não é o corpo, é a alma, espírito imortal de que o corpo é apenas o instrumento. Logo a este *EU*, a este espírito imortal, é que devemos amar em nós mesmos, exercitá-lo e cultivá-lo tanto como o corpo, e com mais cuidado

do que o corpo, porque é ele quem nos habilita para obrarmos bem, para passarmos neste mundo uma vida virtuosa e útil, [e quem] nos prepara para mais alto destino.

É esta a missão que deve desempenhar a educação moral: ela deve vigiar com igual aplicação os instintos físicos e as disposições morais, e tanto mais quanto ambos se mudam facilmente em propensões ou as propensões trazem os hábitos e as paixões, e, tanto estas como aquelas, tomam frequentemente sobre nós império tal, que sempre achamos fácil desculpa a seus desvarios.

Os nossos hábitos adquirem-se em consequência da repetição dos mesmos atos: uns naturalmente guiam aos outros, e sirva de exemplo o hábito de dormir sempre às mesmas horas. Outros são artificiais ou arbitrários, como o de tomar tabaco. Destes nos podemos desfazer, mas pelo que respeita aos outros podemos variá-los, alterar-lhes o tempo e o modo, mas nunca extirpá-los inteiramente, quando nascem duma necessidade, Eis aqui os hábitos físicos.

Os hábitos morais são mais difíceis de modificar ou de banir. São menos imperiosos, mas alteram mais toda a existência. O hábito da leitura ou da meditação, por exemplo, pode cessar sem que soframos muito, até se lhe pode ganhar indiferença, porque, enfim, há homens que lhes custa menos largar esses hábitos, do que trocarem as horas da comida; porém, as consequências destas mudanças são diferentíssimas. [Com] o abandono dum hábito moral começa toda uma vida nova, muda toda uma ordem de ideias. O homem, que deixa de ler, ou que deixa de meditar, é ainda o mesmo homem, mas a sua alma já não é a mesma; a perspicácia dos seus raciocínios, a retidão das suas concepções, a pureza das suas intenções e a gravidade que o caracterizavam, desapareceram com os seus bons hábitos.

Ora o abandono dos maus hábitos produz o mesmo efeito em sentido contrário. Tomemos para exemplo um dos mais notáveis, o de praguejar, tão comum nas classes ínfimas da sociedade. O homem que conserva este ruim hábito afeta, ou mostra naturalmente um arrebatamento, uma grosseria, uma rispidez de sentimentos que fazem com que se fuja da sua companhia, o que o torna insuportável; mas logo que perde este hábito, tudo muda na sua linguagem, como nas suas maneiras, passa a ser benigno, razoável, e obsequioso. É o mesmo homem por fora, mas é quase outra alma.

Os hábitos que mais importa vigiar são os que, para assim dizer, são ao mesmo tempo morais e físicos, como o da comida e da bebida. Este é físico na sua origem, e como tal permanece, porque é uma necessidade principal da vida, mas o seu abuso tanto destrói a organização física como prejudica a moral.

Outros há que são quase indiferentes, por exemplo a escolha das cores dos vestidos; porém, muitos parecem indiferentes, e não o são, como o apertar a mão aos nossos amigos: a esta prática ligam-se ideias morais, e então é de grande importância, e não deve por abuso praticar-se a toda a hora, sem escolha nem reflexão; porque perde o seu prestígio moral, e deixa de significar uma das mais ternas afeições do coração humano, a sincera amizade; passa ao rol de uma etiqueta trivial, insignificante como outras muitas, e, o que é pior, às vezes dissimulada e traiçoeira.

A maior parte dos nossos usos de urbanidade nasceu de ideias morais, hoje mais ou menos obscurecidas: visto por este lado, o verdadeiro código da civilidade é um verdadeiro código de moral; e por isso convém muito abster de familiarizar os meninos com as bugiarias das cortesias de mera formalidade; porém ao mesmo tempo inculcar-lhes a razão, e o valor da bem entendida urbanidade, sincera e afetuosa. Esta observação, que talvez pareça minuciosa, é de altíssima influência no trato da vida humana.

As paixões nascem dos hábitos. Um hábito, uma afeição, que adquire em nós certo grau de ardor e impetuosidade, a ponto de fascinar e dominar a razão e de falsificar o juízo, é uma paixão. Sendo a razão a lei soberana do homem, sendo a imagem da Divindade, toda a paixão que a despreza é péssima e infame. Há paixões de sua natureza nobres, e são as que nos arrastam impetuosamente para o bem, permitindo-nos escutar a razão: tais são o amor da glória, o amor da pátria, o zelo ardente pelo próximo. Longe de nós a intenção de as impugnar: aconselhamos pelo contrário que se disseminem no coração da mocidade; mas ensinando-lhes ao mesmo tempo a necessidade de regular as ocasiões e o medo de as manifestar.

Outras há que se devem prevenir em tempo com escrupulosa solícitude; e o único meio é apresentar ideias bem claras e bem completas, das virtudes que lhes são opostas. Para preservar da avareza, explicai bem o que é a economia; para afastar da paixão pelo jogo, fazei compreender bem o que é o jogo, como simples distração; em uma palavra, tratai de que os vossos educandos adquiram em moral ideias bastante exatas, e bons hábitos bem arreigados; assim oporeis uma barreira contra as paixões viciosas no decurso da vida.

Todavia não há meio da moral mais poderoso do que a vigilância de nós mesmos sobre as nossas próprias ações; porque a moralidade não é outra coisa senão o bom governo das nossas faculdades. Examinar o que dentro em nós se passa, o objeto dos nossos pensamentos, os motivos das nossas ações; tomarmos a [SIC] nós mesmos conta severa no íntimo tribunal da consciência, submeter a nossa vida a um exame regular, calcular o nosso dia pela manhã, passar-lhe revista à noite; eis aqui um grande meio de educação e de aperfeiçoamento moral, e que está sempre em nossa mão. Eis aqui o que aconselhava e praticava o honrado Benjamin Franklin, o sábio benemérito da humanidade.

Este hábito, tão profícuo, só na juventude pode conseguir-se, porque o homem moral está todo na primeira idade: portanto, é nesta que todo o empenho é pouco para que os educandos o adquiram e conheçam, e avaliem toda a força e necessidade da moral. Milhares de ocasiões se apresentam na vida familiar, para desenvolver as disposições da infância. Com a idade, em que os primeiros estudos começam, enceta-se também a carreira dos nossos deveres. Em cada dia há uma tarefa que desempenhar, uma obrigação que cumprir. O menino as executa prontamente, ou por instinto ou por obediência, mas é necessário que se lhe faça compreender a razão por que as deve fazer, que se lhe assinala a satisfação que experimenta em obrar bem, para que não fique confundido no pego das sensações comuns, A voz interna que lhe *diz que deve* trabalhar, que deve instruir-se, sente por ter obedecido, ou feito um progresso, ou desempenhado uma tarefa, não são outra coisa senão esta consciência que Deus nos deu, para reconhecermos a lei que ditou à nossa razão. Esta consciência desponta cedo, mas desenvolve-se lentamente, caminha a par da inteligência como ela aumenta ou diminui; como ela se ilumina ou se obscurece.

Suscitado o sentimento geral dos deveres, em toda a parte acha aplicações. Um menino está em relações imediatas com seus pais, com seus companheiros, com seus preceptores; recebe benefícios duns, serviços doutros, e é alvo das afeições de todos. Fazei-lhe compreender quanto reconhecimento e ternura deve a todos em consequência dessas relações, mas sobretudo mostrai-lhe com que atos deve ele revelar os sentimentos da sua gratidão e das suas afeições, afim de que se não habitue a tomá-las como palavras vazias de sentido, e aqueles atos como meras formalidades.

São muito curiosas de observar as primeiras relações dos meninos com seus camaradas, aí se revelam com igual candura o seu bom coração, ou o seu egoísmo. Ao princípio são reservados, mas em breve se entregam à mais afável familiaridade; desavêm-se, disputam, contendem depois por qualquer bagatela, à menor ofensa do seu amor-próprio; mas também não se demoram em perceberem que lhes é necessário transigir e fazer sacrifícios, porque precisam de paz, ou de trégua para seguirem os seus mútuos interesses. Também, a princípio são pouco generosos, mas são muito suscetíveis de generosidade. Naturalmente não se chegam de bom grado ao seu companheiro, que a fortuna ou a natureza infelicitou, que é pobre ou disforme; mas, quando destramente encaminhados para sentimentos benignos, desenvolvem a compaixão, a simpatia e a generosidade. O coração humano é um oceano de virtudes: e o coração dum menino é o coração humano com todas as suas riquezas nativas.

O menino não é de sua natureza modesto. É tímido quando a sua inteligência ainda ignorante encontra em tudo dificuldades, porém não é humilde. A humildade é uma virtude religiosa e social, que se desenvolve quando o homem entra na sociedade. Os meninos se apreciam, e tomam perfeitamente a sua categoria; comparam-se reciprocamente nos brincos como nos estudos, e reconhecem de pronto a superioridade de uns, a inferioridade de outros, o que se observa principalmente naqueles estabelecimentos, onde os regentes têm a criminosa fraqueza de favorecerem os filhos dos ricos e dos grandes. Embora lhes prodigalizem prémios e boas notas, os seus companheiros sabem firmar muito bem a sua opinião. A escola é um verdadeiro remédio

do amor-próprio; bem entendido que falamos da boa escola; a má, além dos frutos detestáveis, que infelizmente produz, tem o inconveniente de não ensinar os meninos a conhecerem-se, nem a corrigirem-se.

A boa escola também desenvolve os sentimentos de modéstia, de sociabilidade, de ternura, de gratidão, de benevolência, que são todas excelsas virtudes. A má escola exercita uma influência contrária. As superioridades excitam a inveja, o ciúme, o ódio; as distinções mal distribuídas desenvolvem ambição prematura nuns, infundem danoso descorçoamento nos outros. Uns aprendem a sacrificar tudo ao desejo de brilhar, habituam-se a pavonear-se com desmedido amor-próprio, e seu único cuidado é eclipsar até os seus amigos; outros se afazem à preguiça, ao descontentamento, à maledicência, à inveja, e ao ódio.

Isto é incontestável: mas[é] por isso que na escola se manifestam as paixões, aí as deve combater a educação moral. Tudo está na mão do preceptor. Ele deve apontar aos seus alunos as causas do brilhante sucesso duns, e a inferioridade doutros, analisadas em sua presença, e demonstrar-lhes que todos são dotados da faculdade da atenção, e da capacidade para o trabalho; que na verdade receberam da natureza dons diversos, este mais memória, aquele mais imaginação, aqueloutro mais juízo, mas que aplicando-se todos com igual regularidade podem todos obter, cada um no seu género, notáveis vantagens. Acontece louvarem excessivamente uns, e repreenderem fora de medida outros; e isto faz nascer o orgulho, e a preguiça. O preceptor, que conhecer o coração humano, se resguardará deste excesso; procurará ser justo e verdadeiro. Não evitará por certo completamente o desenvolvimento do ciúme, da maledicência, do rancor, da ambição, da vaidade; estes sentimentos dimanam muito naturalmente das nossas disposições primitivas para que seja possível aniquilá-los; mas o bom mestre ensinará a moderá-los; combaterá os que puder e, finalmente, desarraigará uns e mitigará outros. Se os homens não aprendessem ainda moços a moderar o ímpeto dalgumas destas funestas paixões; se elas rebentassem pela primeira vez na época do maior desenvolvimento das forças físicas, a sociedade dos animais ferozes seria menos perigosa do que a nossa.

O modo mais ordinário de reprimir os primeiros movimentos culpáveis do coração é empregar as repreensões, os vitupérios e até as injúrias. E pensam que se corrigirá uma criança, que começa mal, prodigalizando-lhe logo todas as qualificações dum mau indivíduo, dum homem incorrigível? — Não há erro mais deplorável. A criança primeiro horroriza-se vendo fazer de si tal pintura; depois acha-a exagerada, e a despreza, ou então julgando-se perdida no conceito público, desespera, e não tarda em justificar esse mau conceito, e perde-se realmente. Olhem os mestres o que a história diz aos legisladores: não patenteis uma opinião, um conceito rigoroso, injusto: isto irritará os povos contra vós e os impelirá para o mal que suspeitastes.

Preceptores e pais, quando repreenderdes um menino, fazei-o em termos simples e concisos; sede claros e breves; nada de exageração, nada de ênfase, nada de ameaças absurdas, que não seríeis capazes de realizar, nada de repetições, de pesados sermões. A maior, a mais severa repreensão para o aluno, deve ser a franca exposição da vossa opinião reta contrária ao que ele praticou. Se ele vier a temer a vossa opinião, temerá a vossa censura: e a vossa autoridade será onnipotente, se a exercitardes com a conveniente dignidade. Nós temos visto sempre nos bancos das escolas que o mestre que fala com mais gravidade e brandura é sempre o mais escutado, o mais respeitado e o mais amado. Temos visto, pelo contrário, pais e mestres, armados sempre da férula e de palavras ameaçadoras, semelhantes a lobos esfaimados no meio de tímidas ovelhas, espalhando-se em injúrias, em exagerações muitas vezes risíveis umas, detestáveis outras. O riso sufocado dos meninos e o seu desprezo patente ao passar da trovoada, sempre nos pareceu ser o único resultado deste culpável aviltamento do sacerdócio paternal. Se refletirmos na branda suscetibilidade dos meninos, na sua profunda deferência aos nossos juízos, que precisão há de frases duras e de esforços violentos? — Sem dúvida, deveis reprimir o mal por meios suaves, poupando quanto seja possível a punição, e sobretudo fazendo-o detestar pelos seus ruins efeitos. É forçoso confessar uma verdade; os mestres, com raras exceções, quanto mais ignorantes, mais severos: o homem ilustrado reprime o ardor do seu génio. Pais, vigiai que os mestres, que destinardes a vossos filhos, não sejam brutais e estúpidos. Que ensinará um estúpido? Como habilitará seus alunos na carreira dos bons costumes aquele que os tiver maus, e for brutal por

condição?— Não façais simplesmente dos vossos filhos mártires do *a, b, c*. Lembrem-se todos que muito frequentemente, da educação primeira depende a futura felicidade da vida.

## O SÉCULO – EDUCAÇÃO – ASILOS DE PRIMEIRA INFÂNCIA

Se no mundo tem havido coisa contraditória por excelência, e se excelência se pode dar na contradição, a este século cabe, nessa parte, a primazia. Quem daqui a trezentos anos se atirar ao passado em busca de uma época, em que o ente moral *homem* apareça infinitamente variado, onde o crime e a virtude, a nobreza e a vileza de ânimo, o valor e a cobardia, a religião e a impiedade se cruzem, e misturem inextrincavelmente na mesma nação, na mesma cidade, e até no mesmo indivíduo; quem, repetimos, buscar uma tal época, encontrá-la-á, sem dúvida, nesta em que vivemos, e por ventura nela somente. Fácil é de achar a razão de semelhante fenómeno. Como Jacob e o Anjo, o género humano, dividido, luta consigo mesmo uma luta misteriosa. As batalhas por esse mundo pelejadas, e cujo estrondo de tiros e golpes ouvimos diariamente soar, são brincos de infância comparadas com as que entre si disputam os entendimentos: naquelas, os soldados vão diminuindo, as vitualhas escasseando, as armas quebrando-se, o dinheiro desaparecendo: nestas pelo contrário, quanto mais aceso anda o combate, mais os ânimos dos contendores se incitam; maior número de voluntários se alista debaixo das diferentes bandeiras: supondes que uma opinião, uma seita, um partido vai aniquilar-se? enganais-vos: lá se levanta uma inteligência desconhecida, e estende a mão protetora aos que pareciam vencidos. Um livro, muitas vezes, como a enorme pedra arrojada por Heitor contra os valos do arraial grego, vem dar a vitória aos que se defendiam a custo: os antigos, sem excetuar os policiados bárbaros, chamados romanos; as mesmas nações modernas fora da Europa, não compreenderiam, por mais que tentassem explicar-lho, o efeito, que nesta parte do mundo, hoje pode produzir um livro. Com *Werther* cobriu Goethe a Alemanha de suicídios; com a *Mania do Sentimento* os fez ele próprio desaparecer. Schiller com os *Salteadores* despovoou as universidades e povoou os bosques de ladrões heroicos. Lamennais, com as *Palavras dum Crente*, naturalizou as revoluções nos ânimos populares; com os seus escritos religiosos assentou o trono papal sobre colunas de bronze, e depois, irado contra a sua obra, indignado com afrontas e ignorâncias, desfez as colunas, como se fossem de barro, e aluiu o trono de nove séculos, como se fosse de um dia. Assim a mais leve e mais frágil coisa do mundo — uma pena — faz e desfaz instituições, costumes, crenças e opiniões. Para os políticos era absurdo e impossível o estado no estado, um poder independente da sociedade no meio dela: todavia este século tem visto realizar esse impossível. Tratam muitas vezes os cabeças da república com o homem da *omnipotente escritura*, para que os não derrube, para que não revolva as turbas, como a tempestade revolve as vagas do oceano: do gabinete, as mais das vezes pobre e desordenado, daquela a quem Deus deparou, em vez de ouro, o engenho, sai o conspirador, que foi pedir um brado a favor da revolta, e entra o ministro, que vai pedir outro brado a favor da tranquilidade pública; e o homem dos terrores atira à balança do entendimento, para um lado a sua consciência, a sua ambição para o outro: então, Deus o tenha de sua mão; porque grandes males, ou grandes bens pode fazer esse papel, sobre que ele vai escrever ou bênçãos ou maldições.

Esta influência, que têm nos atos humanos as ideias escritas, dá cabal razão das lutas e contradições do século: as incertezas, em que se vai revolvendo a geração atual, são o resultado dessa influência. Por mil livros passa um pensamento, e em cada um deles é visto a diversa luz: falso o achou este, verdadeiro aquele: um o teve por danoso, outro por utilíssimo: e depois mais dissertadores vieram; e dando-lhe mil voltas, o vestiu cada um e adornou por tal arte, que servisse a seus intentos: e esses mil livros passaram pelos olhos de um só homem, e este acreditou que tinham razão, ou vinte, ou cem, ou todos. Então o seu entendimento, aceitando essa ideia com as condições, que lhe impuseram mil inteligências, assemelha-se ao prisma, que, sem cor própria, reflete todas as cores da luz: assim o ceticismo, comum neste tempo, é continuado, não simultâneo; isto é, crê-se agora, e não se crê logo; sustenta-se e impugna-se uma proposição, ou um princípio, dentro do mesmo dia, dentro da mesma hora; em ambos os casos com uma espécie de



convicção, a que chamaremos de reminiscência: pensamos, neste momento, como tal livro, que lemos; daqui a pouco pensaremos como outro, que também lemos. No geral dos espíritos nenhuma verdade e nenhum erro estão profundamente gravados. Daí resulta que as ideias morais são subordinadas à utilidade individual; esta é a convicção única profunda do comum dos homens: as suas ações aparentemente generosas, o seu entusiasmo, o seu fanatismo, tudo vai bater no alvo do próprio interesse: porque para apagar remorsos lá estão as filosofias; para desculpar licenciosidades lá estão exageradores da liberdade; para santificar superstições lá estão embusteiros religiosos. – Nem tenhais receios; nenhuma de vossas ações deixará de achar uma voz que a favor dela se levante, um livro onde já esteja ou defendida, ou desculpada. O filicídio cometido pelo velho bruto achou defensores: achou-os o parricida Marco Júnio; têm-no achado todos os criminosos ilustres, e todos os crimes em que alguém tenha interesse.

Os absurdos e paradoxos morais não eram perigosos, enquanto andavam só por escolas e disputas de sábios; mas esse alimento corrupto foi oferecido aos engenhos vulgares; e cada vez o será com maior abundância. É necessário que assim aconteça, para que a civilização progrida e se derrame; nenhum meio há de instrução popular senão a leitura, porque o homem da vida ativa, nem quer, nem pode meditar: cumpre que leia. E que é o ler, no século atual? É assistir a uma luta de gladiadores desconhecidos, em que ora nos interessamos por um, ora por outro. Por tal modo se irá derramando o ceticismo entre o povo, com a luz da instrução. Este se despirá pouco a pouco das superstições, de erros e de preconceitos; mas a sua vida íntima se tornará pálida, cansada e aborrecida. Ele participará também dessas horas eternas de tédio, que devoram aqueles a quem por vocação coube o estudo, e, por consequência, o duvidar contínuo. O povo será mundificado de ignorâncias; mas não será rico de virtudes, nem de paixões generosas. — Pobre povo, mal sabes tu à custa de quantos gozos interiores, de quantas esperanças, de quantos sonhos formosos, hás-de ir comprando os progressos e a civilização!

E não haverá qualquer meio para que esta filha dos séculos se incarne nas multidões, sem que elas para a acolher no seio arrojem de si a sua crença, as suas virtudes grosseiras, a sua confiança em Deus? — Não haverá um bem, que nos venha puro e estreme, sem mescla de depravação? Não se poderá nunca aproximar a criatura do criador pelo lado da ciência, sem que dela se afaste pelo lado da bondade e da virtude? — Terrível condição da humanidade fora, que a civilização, polindo a inteligência do homem, lhe corrompesse ao mesmo tempo o coração. Felizmente Deus que inspirou ao género humano a sociabilidade e o desejo do aperfeiçoamento, pôs na sociedade o remédio para os males que deviam resultar da imperfeita ciência, única possível no desterro do mundo. Na mesma natureza do nosso espírito está esse remédio contra o ceticismo, e contra as suas precisas consequências, o egoísmo, e a imoralidade.

Dissemos há tempos, tratando da necessidade de aviventar o cristianismo, que ao nosso coração repugna a falta de toda a crença e de toda a fé. Repetimo-lo hoje; repeti-lo-íamos um milhão de vezes, se tantas fosse possível. — Não há entendimento algum que não formule as suas ideias negativas [se não tem outras] em ideias positivas. Pensais vós que o ateu diga — não creio em Deus — e fique tranquilo? Não. Ele reduz este medonho pensamento negativo, que o faria desfalecer, em outro positivo, e diz — creio que o mundo pode existir sem um princípio absoluto — creio na matéria e no movimento eternos. Ele acredita em cem absurdos para não acreditar na verdade, mas crê; porque a crença é uma das condições da nossa existência intelectual. Esta condição é a que pode salvar, é a que salvará o género humano, se os regedores dos povos a quiserem aproveitar, e se tiverem bastante filosofia para não serem filósofos.

Mas, dirá alguém, como se há-de aproveitar essa tendência dos entendimentos, se aí estão os livros e sobretudo os jornais, construindo e derrubando, dividindo e pervertendo; se as opiniões encontradas, batendo umas nas outras, como as ondas do mar, só deixam à superfície a espuma ou o nada do ceticismo? — Tende mão, porque o nosso discurso ainda não está concluído.

Para os homens de hoje, para esta geração de transições de toda a espécie, a crença viva não existe. Como no princípio referimos, as nossas opiniões são todas frouxas; dia-a-dia as vamos trocando por outras, que também brevemente deixamos, logo que nova ideia nos apareça envolta na mais brilhante luz. Indagai a causa deste mal, e achareis que foi tão-somente a educação.

O que até aqui temos escrito diz respeito talvez a toda a Europa, o que vamos dizer pertence exclusivamente ao nosso país; a este povo português, para quem a maior parte dos seus escritores só tem lisonjas vis e torpes, ou escárnios cruéis, e as mais das vezes não merecidos: a este povo, naturalmente bom, a quem muitas vezes desvairam, o tornam criminoso, para depois o acusarem de crimes.

A educação: sim, a educação foi em Portugal a causa principal — íamos dizendo, a única — do estado de corrupção moral em que nos achamos. Não sabemos, até, se tal nome merece esse trato insensato entre as crianças e os seus instituidores, entre os pais e os filhos, a que chamamos educação. Minimizar os erros, que nesta matéria grassam entre nós, fora objeto dum livro, não dum artigo de jornal, nem de bom grado bosquejaríamos esse quadro doloroso; limitar-nos-emos a dizer, que entre nós se ensina à infância não o amor, mas o temor: não a fé mas a superstição: não a virtude, mas a hipocrisia. Passa a infância, chega a puberdade, a indiferença, e muitas vezes o ódio, substitui o temor, a incredulidade a superstição, e se alguma coisa fica, é a hipocrisia. — a virtude da praça pública, a virtude para o mundo, e não para a consciência. Em tempos de servidão, o poder absoluto dos reis e ministros era para o homem o que para a criança fora o pai, o aio, ou o mestre — o temor ficava sendo ainda elemento da vida pública: então o clero continha o povo no aprisco da superstição; e a superstição também então se julgava elemento social. Quebradas as antigas formas de governo, não por nós, mas pelo século, achamo-nos geração livre, com a educação e com todas as reminiscências do passado: corrompeu-se o povo, não porque a sua índole fosse má, mas porque forçosamente se havia de corromper. Qual é o homem que nascido em ferros, e em ferros levado até à idade viril, se não torne licenciado, restituído de salto à liberdade natural? Além disso, a superstição, com que geralmente se educavam as multidões, veio a juízo diante da nação; e a nação cuspiu-lhe nas faces, porque este é o destino de todas as coisas más em si, e só boas na aparência. A superstição era a religião do povo, e quem de algum modo amparava e aviventava a moral, a virtude e a vida íntima dele: afrontada, amaldiçoada, arrastada já, nas cidades, pelo lodo das ruas públicas, sê-lo-á brevemente pelas vielas e azinhagas das aldeias, e casais. Mas o que ficou em lugar dela nas cidades; o que ficará nos campos? — Nada: porque ela era a crença do povo. E podemos-lhe dar outra? — Não; porque a religião só se estampa na alma durante os tenros anos; se acreditais nas conversões tardias, podeis crer nos mais estupendos milagres. Já agora esta geração assim irá, até se escoar toda por esses cemitérios. Nossas esperanças e cuidados dediquemo-los à geração futura. É esta que pode, e deve ser regenerada.

Mas quem nos dará a certeza de que esses, para quem supomos só possível a regeneração, chegando à virilidade, não sacudirão de si os princípios e as virtudes, que lhes inculcamos; como seus pais sacudiram a superstição? Quem nos dará essa certeza? A filosofia da história: a observação dos homens. Inoculai verdades num coração virgem, e elas o acompanharão à sepultura. Pelo contrário, se lhes ensinardes erros, a custo lhos arrancareis depois; e só voltando-lhe a necessidade de crer para alguma grande verdade, ou para algum princípio, que vivamente agite os entendimentos, levareis a cabo semelhante empresa. Se para esta época não houvesse a ânsia da liberdade, o entusiasmo de combater por ela, no campo, na praça, nos jornais, na conversação, o povo não teria largado a superstição; e senão, vede se a abandonou aquela porção dele, que, aferrada às ruínas do passado, julga que ainda pode viver uma vida já acabada, e que reprovam as ideias e a tenacidade do século.

Na educação, e só na educação, está a possível regeneração moral do nosso país. Criaí uma raça nova; que a atual viverá até ao fim com seu incurável achaque. Curai do futuro. Eis o que nos brada a sisudez, a política, e a filosofia.

Os nossos maiores, a cuja conta tantas rudezas e ignorâncias lançámos, tinham concebido exatamente o que era a educação. Nunca semelhante palavra nos lembra ter encontrado em escritor algum notável anterior ao século 17.<sup>o</sup> — *Criação* lhe chamavam; e, realmente, o educar bem é assemelhar-se a Deus, é *criar* um homem virtuoso e útil, o qual, aliás, poderia ser um malvado. Daí vinha que o educando se chamava criado: e por ventura a denominação de *amo*, dada ao que educava, a derivavam de amor, meio, em nosso entender, único, para dobrar ao bom ensino os corações infantis. Se nas línguas, como muitos sábios querem, se revela o estado amoral

e intelectual das nações, nenhuma linguagem, nesta parte, como a portuguesa, diz quão assisadamente pensavam, acerca da educação, os que a formaram e poliram.

Assentámos a nossa opinião, sobre a necessidade de bem educar a geração futura, em fundamentos que nos parecem sólidos. Foi unicamente o que fizemos de novo. Quanto à coisa em si, todos concordam nessa necessidade; não há quem não clame a favor da educação da infância. Mas que temos feito a bem dela? — Alguma coisa na verdade. Em diferentes bairros da capital vereis leiteiros que dizem — *Asilo de Primeira Infância*. Mas quem vos parece que mandou pintar essas tábuas, pregoeiras de caridade, de amor de pátria, e de filosofia? Serão os poderosos? — Não: que esses nas mesas de seus banquetes, nos saraus do luxo e dos prazeres, vivendo só no presente, que lhes importa que uma raça corrompida ou virtuosa passe depois deles na terra? — Serão os políticos? — Não: que a esses mal lhes chega o tempo para se guerrearem e detestarem cordialmente uns aos outros. Serão os filósofos? — Não: que a esses basta-lhes escarnecer de quanto é santo, e venerando, e secular, em discursos ou escritos de *rebombo-franco anglo-algarvio*; basta-lhes crerem-se ilustrados, porque chegaram à filosofia do século passado, e lá ficaram — Mas, direis vós, se não foram nem poderosos, nem políticos, nem filósofos, foram necessariamente homens, porque os anjos não desceram ao mundo para vigiar pela infância desvalida. Certo é que os anjos não desceram à terra: mas não há ali um ente, bem motejado pela sua ignorância, um ente a quem no nosso orgulho julgamos inferior a nós; porque combate com lágrimas, em vez de combater com ferro; que responde com submissões a tiranias; cujo coração nós rasgamos sem piedade, porque as amarguras lhes vêm aos lábios e ao gesto tantas vezes, como vem aos lábios, e ao gosto do homem, que se gaba de forte e sofrido? Não existe a mulher, fonte perene de brandura e de piedade? — Pois sabei que foram mulheres, que estenderam os braços para os filhinhos do pobre; foram elas que disseram, como Jesus Cristo: *Deixai os pequeninos e não lhes tolhais que venham, a mim*; foram elas as únicas que ouviram o clamor do futuro, e compreenderam as necessidades do século.

Há tempos, visitámos um desses Asilos, um desses institutos de bênção e de caridade. Se experimentámos sentimentos suaves ao considerar a judiciosa ordenança daquele estabelecimento, os seus motivos e os seus resultados benéficos, corámos de pejo lembrando-nos de que, enquanto a piedade feminina fundava os Asilos da Infância, enquanto mãos débeis trabalhavam por assentar a pedra angular da futura regeneração social, nós os homens, nós os fortes, entregues a paixões de um dia, só curávamos de derribar o passado e de nos derribarmos uns aos outros, sem nos importar o porvir, e nem sequer o presente. Vergonhoso esquecimento, na verdade, e de que os vindouros pedirão, sem dúvida, estreita conta à nossa memória.

Nestes Asilos, abrigo da infância mais tenra e mais miserável, é extremo o asseio, boa a ordem, estrita a observância do instituto, excelente o sistema de ensino: ali recebem as crianças alimento para o corpo, para o entendimento, e, o que mais novo é em Portugal, alimento para o coração. Pouco havia e entráramos na modesta sala, destinada ao estudo, quando a certo sinal da mestra comum, todas aquelas criancinhas ajoelharam, e levantando as mãos para o céu, entoaram um padre-nosso; era a música não tanto para os ouvidos se deleitarem, como para se deleitar o coração. — Espetáculo digno de Deus nos pareceu, o ver aquelas duas feiras de bracinhos erguidos, e no meio delas uma mulher, em cujo rosto transparecia a tranquilidade da consciência, como a sacerdotisa de um culto, sem altar, sem cerimónias, sem imagens, sem incensos, mas puro de hipocrisias, e celebrado por corações inocentes.

Ao fim da tarde ainda houve outro canto; um hino, cujas palavras, junto podemos perceber, nos pareceram adaptadas àqueles tenros entendimentos. A música é um dos mais poderosos meios de educação: ela modifica os corações, e dispõe-os para a virtude: é incalculável o benefício que na Alemanha tem resultado deste belo sistema.

Havia ali, segundo nos disseram, um mestre para as primeiras letras. Não aprovámos, porque o homem nunca será capaz de educar criancinhas, este será sempre para elas um tirano. Só a mulher compreende um coração infantil. Só ela com seu carinho pode inspirar-lhe brandura de ânimo, e fazer nele pulular o gérmen da piedade. Temeis acaso que o homem não seja na vida bem duro de coração, bem desprezador de lágrimas, bem carregado de aspeto? — Não o receeis: ele passará pelas vossas escolas, pelos vossos liceus, pelas vossas universidades: ele vera o

mundo; e todos os dias se lhe desvanecerá uma dessas suavidades da infância. Oh! — não receeis por ele!

Estava a sala do Asilo rodeada de quadros iluminados, que representavam cronologicamente a história bíblica: estes quadros eram explicados por algumas crianças mais espertas e adiantadas. Grande gosto nos causou ver que o conhecimento da *Bíblia* já entrava na educação da infância: preferiríamos, porém, que estes quadros contivessem a história do Evangelho; e sentimos não nos permitir, nem o espaço deste artigo, nem outras circunstâncias, dar a razão da nossa preferência.

### DA EDUCAÇÃO E INSTRUÇÃO DAS CLASSES LABORIOSAS

VAMOS tocar num ponto, que, como muitos outros neste jornal tratados, ao passo que a uns agradará, a outros causará despeito. Fado é este de quem desafogadamente diz a sua opinião, sem atender a respeitos humanos. Por escrito e de palavra temos recebido, de uma parte, louvores não merecidos pelo que escrevemos, e por isso mesmo, de outra parte, amargas repreensões. Se aparece um artigo em que brademos a favor da santidade do passado, não falha a acusação de *goticismo*, e *obscurantismo*, com que hoje se costuma afrontar quem não é destruidor de tudo o que é antigo só porque o é; se condenamos tiranias, é quase certo chamarem-nos licenciosos; se pretendemos com o nosso débil braço amparar a religião e a moral, que desabam, somos fanáticos; se tratamos a história como história, não como lendas de *Flos sanctorum*; se maldizemos superstições, e crimes, e ambições, e ignorâncias, e corrupções sacerdotais, somos ímpios; ímpios porque não repetimos os embustes do hipócrita e invejoso Bossuet, do perseguidor do divino Fenelon, nem os contos miseráveis do ultramontano Barónio. Mas quando nos chega uma queixa sobre qualquer destes pontos, logo com ela chega um agradecimento, ou um elogio, pelo mesmo motivo. Estamos continuamente fazendo multiplicações do *mais por menos*, que em resultado dão *nada*. É certo, que, se publicássemos a correspondência que temos tido há ano e meio, faríamos o livro mais curioso, por destemperos, absurdos, e contradições, que haveria em todas as literaturas do mundo: daríamos com ele uma perfeita imagem do caos, e mais uma ridiculíssima página para a já tão ridícula história do espírito humano. Uma anedota poremos, todavia, aqui. No mesmo dia recebemos duas cartas, uma das províncias, outra da capital: naquela se nos pedia que aliviássemos *O Panorama* de objetos de artes e economia doméstica; nesta se queixava o nosso correspondente de que não fosse *O Panorama* inteiramente dedicado aos descobrimentos e aperfeiçoamentos das artes e da indústria. Felizmente esta correspondência vem com o porte pago: tem ao menos isso de bom.

Devemos, porém, dizer, que, no meio de muitos desvarios, temos também recebido úteis conselhos, e observações valiosas, que havemos aproveitado, e que continuaremos a ouvir de bom grado; porque os nossos desejos são, em tudo, o acertar.

Mas o nosso artigo? — Ei-lo, aqui vai... ainda que a alguém desagrade; que não é para partidos, seitas e ânimos ferrenhos, ou dissolutos, que escrevemos, mas para o comum do povo. É por ele que lidamos, e se caímos em erros [e quem se pode gabar de não cair neles?] não o fazemos voluntariamente; e o público nos tem feito justiça — como ele a faz — recebendo benignamente esta publicação.

Ainda não houve em Portugal uma só providência governativa a bem da verdadeira instrução. A verdade desta proposição se encontra em todas as reformas de instrução pública, feita, no nosso país desde o tempo do Marquês de Pombal. Não remontamos mais longe, porque escusado fora esperá-lo antes da época desse homem, tão grande quanto tirânico e imoral. Ainda hoje, se excetuarmos as escolas do ensino primário, instituídas, não pelo governo, mas por uma sociedade, que se tem feito a bem da instrução popular? — Nada; absolutamente nada. Dali provêm que a mudança de instituições políticas, e as reformas legislativas são vãs e inúteis; e as empresas comerciais, fabris, e de todo o género de progresso industrial desbaratam-se e morrem:

dali provém que o povo nada tem melhorado com o gozo da liberdade; porque esta, para produzir fruto, carece de bons costumes, e os bons costumes só nascem da instrução geralmente derramada. Confiar à superstição e à credulidade a morigeração pública é encarregar um cego de guiar uma criança. Não se creia que o povo era melhor e mais religioso há cinquenta anos; era sim mais hipócrita, ou mais crédulo, porque o despotismo amparando superstições e abusos, pouco lhe importava que se crese em Deus, contanto que não houvesse quem ousasse rir das mais absurdas práticas do culto externo, cuja introdução e voga deploravam, e deploram ainda hoje, os verdadeiros cristãos. Atualmente o povo pode escarnecer em alta voz desses erros; mas desgraçadamente falta-lhe a luz pura do Evangelho, que não viu, porque nunca lha ministraram, nunca lhe deixaram ler *a palavra do Mestre*, temendo [blasfemos] que o *Verbo transviasse o homem!* E acusa-se o povo: e diz-se que ele está corrompido? — Quem o guiou pelo caminho da perdição, senão os mesmos, que hoje são os seus mais violentos acusadores? — Envenenaste-lo no berço e quereis que seja sadio na virilidade? Ou ficaria uma nação perpetuamente serva, para que nunca se rasgasse essa venda tenebrosa de miseráveis práticas e de credulidade, que fazia as vezes da criança puríssima que ensinou *o Filho do Homem*? — O género humano, que sempre caminha avante, deixaria acaso após si esta porção de seus membros, chamada nação portuguesa? Não; porque ninguém pode contrastar os decretos da Providência, nem os progressos da humanidade.

Antes de se haverem espalhado na Europa as luzes e os conhecimentos, o povo nada era, e servia unicamente para satisfazer as paixões torpíssimas daqueles que gozavam do exclusivo privilégio do mando. Foi a instrução quem enobreceu certas classes, que até ali eram abjetas e grosseiras, como ainda o continuaram a ser outras classes inferiores. Delas saíram os homens que hoje governam, e os que plenamente gozam dos benefícios da civilização. Estas classes bem longe estão de quererem voltar ao seu primitivo aviltamento e miséria. Porque se recusaria, pois, as classes inferiores, a fruição das mesmas vantagens, e a possibilidade de melhorar a sua situação? Não é isto menoscabar todos os sentimentos da humanidade, e calcar aos pés a moral, e a religião, que fingimos professar?

Não nos esqueçamos de que todo o bem-estar social nasceu da ilustração, e que as multidões, que temos em menos conta do que devíamos, contribuíram grandemente para essas mudanças. Não foi, acaso, com a ajuda do povo, que os reis esmagaram a hidra do feudalismo; que a Inglaterra fundou um sistema de governo ao qual deve a sua prosperidade secular; que vários monarcas puderam reformar o clero; e que, enfim, os princípios, hoje assentados entre os homens instruídos e virtuosos, se estabeleceram e firmaram? E, então, porque há-de esta classe produtora e laboriosa ser excluída dos benefícios da instrução, e da comodidade e satisfação que ela gera?

Alcançar ilustração e ciência foi sempre o primeiro dever do homem. As palavras de Salomão a este respeito não se dirigem a esta ou aquela classe em particular; seguindo o exemplo dele, convertamo-las em um preceito moral e religioso para todos os homens. Não só devemos procurar elevar-nos a nós acima dos animais, mas também fazer com que se elevem do mesmo modo todos os nossos semelhantes. Privada dos socorros da instrução, a criatura humana é uma espécie de fera; e até por experiência vemos que, nesse estado, é a pior delas todas. E criaria a Providência o homem para o assemelhar aos tigres e leões; e não o destinaria a mais nobres e altos fins?

Há quem diga que o povo não deve ser ilustrado, porque pretenderia ser mais do que é. Mas era isto mesmo que dizia o clero, nos séculos bárbaros, a respeito dessa classe chamada *média*, e dos nobres. Mas ela e eles saíram do seu estado de abjeção intelectual, e nem por isso se transtornou a ordem da sociedade, antes se melhorou, poliu, e fortificou. Outros repetem, sem saberem o que dizem, que os conhecimentos superficiais, únicos possíveis para o comum dos cidadãos, são coisa muito danosa. É esta uma ficção, que hoje ninguém poderia sustentar: valeria o mesmo dizer que aquele que nada possui é mais feliz do que outro que possui alguma coisa; ou, por diversa maneira, que a miséria é de antepor à mediocridade da fortuna.

Crê-se, porventura, que a ordem e a tranquilidade pública se mantêm mais facilmente no meio de um vulgo ignorante e grosseiro, do que entre homens laboriosos, que, além dos

conhecimentos próprios de seus officios e misteres, saibam quais são os seus direitos e obrigações, e conheçam alguma coisa do mundo e das suas leis e sucessos? — Quem assim pensa vai bater contra a história de todos os séculos. Um povo empenado na ignorância e bruteza, será mais fácil oprimi-lo do que governá-lo; ou antes diremos que é necessário regê-lo com vara de ferro, para que se não converta numa besta-fera; ao passo que o povo ilustrado facilmente se governa, sendo ao mesmo tempo impossível oprimi-lo.

Entendemos por educação e instrução popular a cultivação do espírito, e não o ensino das artes fabris ou mecânicas, a que muita gente dá aquele nome. Negar o aperfeiçoamento intelectual aos homens, deixá-los na bruteza e na ignorância, é um ato imoral, um menoscabo de deveres sagrados, e por consequência um crime.

Está assente que, sendo em toda a parte o homem escravo do hábito, o seu procedimento, quer na vida privada, quer no trato com os outros homens, há-de ser dirigido por preceitos constantes e forçosos, e guiado principalmente pelo exemplo. Será regular este proceder, se ele vir que reina a justiça; religioso, se a santidade da religião não for profanada. Mas, apesar disso, o homem não passará de máquina, se carecer de instrução e raciocínio. É, portanto, preciso cultivar-lhe o espírito.

Concedamos que o hábito e o exemplo possam fazer as vezes do saber e educação; que remédio applicaremos aos maus exemplos e aos hábitos viciosos? É claro, que o seu efeito inevitável será o propagar o mal. Para o prevenir é pois necessário, não só ensinar aos homens o que é justo e honesto, mas também, cultivando-lhes o entendimento, acostumá-los a atingir a razão porque o justo e o honesto o são, e a avaliar quais consequências que tenha esta ou aquela opinião ou ato imoral. Única barreira é esta que se possa opor aos desvarios que gera a ignorância. A história nos patenteia qual tenha sido a influência da moral política e dogmática no procedimento dos homens: todavia nunca existiu dogma algum que adotado fosse pela maioria do género humano, havendo certos princípios de moral, que em toda a parte são acatados e seguidos. Mas estes, preciso é entende-los, e estar certo de que são verdadeiros; e isto não se alcança sem a ajuda da instrução.

As pessoas pouco cogitadoras, e destas é o maior número, não consideram que os proveitos e cómodos de que a Europa atualmente goza [incalculáveis, se os pretendermos comparar com os que dantes gozava] nasceram todos da cultivação das ciências e das artes, e que essas vantagens cresceram na mesma proporção, em que se foram derramando por mais avultado número de indivíduos a boa educação e a instrução. — Não é ensinando, anos a fio, um artífice a executar maquinalmente todos os dias a mesma coisa, que se fará dele um oficial de habilidade. E como há-de ele aperfeiçoar-se, ou sequer fazer a menor mudança num trabalho que está acostumado a fazer do mesmo modo, a bem dizer, desde que se entende? Podem argumentar-lhe, mostrar-lhe que é possível trabalhar melhor, indicar-lhe os modos de o alcançar: — baldadas diligências! — E porquê? Porque será querer mudar com palavras a organização física e moral do indivíduo; será querer fazer um milagre. Para afeiçoar o barro, aproveitai-o enquanto está brando, que, depois de cozido, não podereis dar-lhe nova forma.

Todas as pessoas que têm administrado fábricas, ou lavouras, sabem que as maiores dificuldades de semelhantes empresas provêm da ignorância dos operários, em quem não se encontra, nem a capacidade, nem a inteligência necessárias para compreenderem o que lhes explicam, nem a conveniente habilidade para executarem o que lhes ordenam; acrescentando a isso as preocupações e o afêro a velhas usanças, resultado infalível da falta de instrução. Seria coisa de pasmo o cálculo das perdas que sofrem diariamente todos os géneros de indústria só porque os artífices e trabalhadores carecem de toda a instrução.

Quem pode dar remédio a tamanho mal? O governo, que tem obrigação de estabelecer, em todos os concelhos, escolas, onde se ensine mais alguma coisa ao povo, do que a ler e escrever mal, quando ainda isto se ensina. Paga o povo miúdo quase todos os impostos, ou direta ou indiretamente: seria por isso justo que em proveito dele se despendesse alguma coisa: a instrução é hoje uma das primeiras necessidades; despenda-se, portanto, uma porção do rendimento público com a instrução popular. Persuadam-se os regedores dos povos que uma nação que não está *a par do seu tempo*, é forçosamente uma nação, miserável.

## A EDUCAÇÃO E O ESTADO

A coisa, realmente, mais importante que há a considerar na nossa atual reorganização social é a **educação pública**. A razão, tirada de nossa íntima consciência, demo-la nós no artigo que o ano passado escrevemos sobre os asilos de primeira infância – e é que esta geração já vai perdida; que aos legisladores e ao governo incumbe salvar a que vem após nós, e que essa só poderá ser melhorada e salva por via da educação pública.

Não será por certo, com aumentar ou diminuir tributos, mudar ou conservar empregados, rever ou compor códigos, alterar ou restabelecer estas ou aquelas instituições políticas, que a nação se regenerará. Dizemos mais: não é da abertura de canais e estradas, do acréscimo das exortações, do fomento da indústria, que depende a felicidade futura do povo - é da educação. Ilustre-se, civilize-se, aprenda a conhecer o que lhe convém, renasça nele a boa moral, e a antiga virtude portuguesa, que depois será o próprio povo quem, sem socorro do governo, e até apesar do governo, se preciso for, abrirá canais e estradas, melhorará a agricultura, aumentará o comércio, aperfeiçoará a indústria. O verme que roí a árvore social está no tronco; e só pelos ramos tem andado o podador. Largai o ferro, e tratai de cultivar a vergôntea que rebentou da terra, junto à árvore carcomida, limpai-a e amparai-a do destruidor suão [vento] da imoralidade e da ignorância; que a velha planta, essa viverá com seu mal até secar de todo. Alguns políticos imaginarão, porventura, que empregando a violência e a opressão para reanimar as artes e as manufaturas, elas se reanimarão. Este pensamento traduziu-o o Marquês de Pombal em atos governativos: — e o que sucedeu? — Os progressos mantidos caíram com o homem que os julgou possíveis: assim devia acontecer sempre, cairão enquanto o artífice, o fabricante, o lavrador, atentos só a tirarem o maior proveito das leis que os protegeram exclusivamente, com detrimento e à custa dos outros cidadãos, não conhecerem que a única maneira de alcançarem uma prosperidade sólida consiste, não em encostarem-se, envoltos no seu atraso e ignorância, à sombra da lei, mas em aperfeiçoarem o género de indústria que cultivam, e tornar os produtos dela iguais aos da indústria alheia. Estas ideias luminosas, porém, só se estampam em ânimos tenros; aqueles que chegaram à idade viril, transviados por opiniões erradas, é preciso - com mágoa o dizemos — deixá-los entregues ao seu pecado: não oprimir os outros para os salvar a eles, - porque para eles já não há salvação. Olhai para o papel sobre que isto lerdes: lembrai-vos de que é português: e aplicai ao concreto, ou a um caso determinado, o que em geral dissemos.

É tão árida e espinhosa a política; e, acaso, tão falsa a maior parte das vezes, que nos custa, em verdade, o falar dela. Procederá isto, também, do nosso pouco saber na matéria? - Procederá, talvez. Não passaremos, todavia, avante sem apontarmos o que nos parece a causa de grande parte dos males públicos — um erro comum dos nossos políticos. Entre eles há muitos que sinceramente desejam a regeneração de Portugal: - cremo-lo; se o não crêssemos fugiríamos de um país para sempre perdido. Entendemos, porém, que não acertaram ainda a achar o modo de levar a cabo seus bons desejos, não por falta de engenho e de ciência; mas por falta de boa filosofia. Notemos o dissertar de periodistas, o discursar de deputados, o providenciar de governos, quando aparece um mal público, quando se sente a necessidade de uma reforma; chovem as observações, os comentários, os alvitres, e por fim as leis sobre o caso, vê-se muitas vezes que há vontade sincera de acertar; mas não se acerta. E porquê?— Porque a lei ou a providência foi resultado de observações especiais sobre a matéria, e por consequência desconexa, individual, não modificada por considerações relativas a outros objetos, que também era necessário considerar. Onde vai, pois, o erro? - Em andar a política do invés: em se estudar a ciência de administrar e reger os povos sinteticamente, e aplicar-se analiticamente. Há políticos, que jamais saíram das cidades, e, nas cidades, de aposentos dourados. Ali leram e estudaram teorias de escritores estranhos e naturais; depois fecharam os livros, e redigiram periódicos, sentaram-se nas cadeiras de legisladores, ou tomaram a pasta de ministros, e confiados esperaram que os casos especiais de arrazoar, de legislar ou de providenciar se lhes apresentassem: apareceram esses casos, e cuidando provê-los, de remédio, ampliaram-lhes paliativos, quando os não pioraram. Esta é, em suma, a história das nossas reformas, E era isto o que se devia ter feito?

Ousaremos dizer que não. Deviam-se ter analisado todos os factos sociais do país, e desta análise chegar a uma síntese - a um corpo geral de doutrina política - e aplicar esta, voltando outra vez aos factos, na sua totalidade: mas é o contrário disto que justamente se fez: - daí vêm todos os nossos danos, e a febre moral que nos consome - o desesperar da liberdade.

Mas para que veio isto aqui? Para que nos empregámos – nós profanos - no brejo aridíssimo da misteriosa política? Porque nos parece que se o método apontado se houvera seguido ter-se-ia achado que, em lugar de querer aniquilar o passado, só por ser antigo, mais avisadamente andaríamos se atendêssemos ao futuro, porque nos parece que teríamos conhecido que, atirados, nós homens de velhos hábitos e velhas ideias (somo-lo ainda que não queiramos acreditar) a uma época de transição, estamos condenados a deixar escoar a nossa vida no meio da luta da antiga sociedade que morre, e da nova sociedade que a assassina, porque nos parece, enfim, que teríamos entendido que a nossa principal missão é criar a raça vindoura para a organização social a que a Providência a destinou. E como cumpriremos este dever — porque é um dever para cada geração seguir os seus destinos no progresso do género humano — se não for empregando todas as nossas forças intelectuais em estabelecer, um sistema de educação pública, tal que a geração, que vem após nós, seja concorde com a forma de existência social que a aguarda? — Supõem a liberdade de seus filhos, na educação liberal: — e onde está esta? Quebrando os ídolos da superstição, tínheis aí um povo religioso, que, refreado pelo amor da virtude, não carecesse do temor do diabo, para respeitar a moral universal? Dizendo ao povo, julgai-vos uns aos outros segundo a vossa consciência, pensastes que ela a ninguém faltava?—Dando inteira e plena licença de discutir na praça os negócios públicos, vistes lá populares capazes de avaliarem o que era conveniente e honesto? Fazendo gemer a imprensa com tantas folhas volantes, e folhetos, e livros políticos, examinastes se cá por nossa terra havia quem soubesse ler? Não! nada disto tínheis, nem pensastes, nem vistes, nem examinastes. Então que fizestes?— Enxertias extemporâneas em tronco podre de árvore meia seca. E esperais que a vergonha dê flor e fruto? -

Não. — morrerá.

Quereis regeneração social?—Preparai para ela corações tenros com uma educação análoga a seus destinos. Este deve ser o grande pensamento de quem trabalha pelo bem da sua pátria. À roda dele, e a ele subordinados estejam todos os outros; esteja, até, o curar do presente, porque este altera-se, modifica-se, melhora-se, mas só o futuro verá o complemento da renovação política, se educardes para ela a mocidade.

Fieis a este pensamento, e persuadidos de que este é o primeiro objeto a que devem prestar atenção os corpos legislativos, requeremos-lhes, em nome da felicidade nacional, que provejam quanto antes na organização e manutenção do ensino público, tão desprezado ainda no nosso país. Para isto não basta legislar sobre a forma, mas também legislar sobre os meios; só assim a educação se transformará num facto, e deste facto nascerão a paz e a prosperidade pública.

Cerraremos este breve artigo com uma passagem notável da *Política* de Aristóteles que resume em poucas palavras a doutrina, fundamental ainda hoje, acerca de tão importante objeto.

«Não é matéria sobre que se dispute a obrigação especial que tem o legislador de prover na educação da mocidade; porque, *não se tratando disto, em qualquer estado, dali vem a ruína das suas instituições...* Seja qual for a ocupação ou arte a que alguém se destine deve receber não só a instrução necessária para exercitar seu mister, mas também a de que carece para se por a caminho de exercitar a virtude. Visto que o fim do estado é *um*, claro está que a educação deve ser *uma só*, e, necessariamente, a mesma para todos.... Nos negócios que dizem respeito ao comum da república, as leis que os regulam devem ser gerais e dos cidadãos nenhum pertence a si próprio, mas todos à sociedade, porque cada um deles é uma parte do estado, e a superintendência da parte tem a mais íntima conexão com a superintendência do todo».



## EDUCAÇÃO FÍSICA DA PRIMEIRA INFÂNCIA

Já no primeiro volume deste jornal dissemos alguma coisa acerca da educação. física em dois diversos artigos<sup>70</sup>; mas o que ali escrevemos era principalmente destinado a derivar a atenção pública para este objeto, que temos por um dos mais importantes para os que desejam o progresso do seu país. Hoje voltaremos a tratar o assunto com mais miudeza, oferecendo aos pais e mães de família que hajam por ter filhos robustos bem conformados e sadios, o que, depois de uma boa educação moral e intelectual, é a melhor herança, que lhes podem legar.

É na infância que se lançam os fundamentos da boa ou má saúde; e a fonte mais fecunda das enfermidades que tornam a existência desgraçada encontrar-se não só nos erros dos autores dos nossos dias, mas com particularidade ainda mais nos vícios da educação. É certo que a criança mais bem disposta degenera brevemente por esta causa, e se torna fraca, lânguida, e sujeita a dores e moléstias para toda a vida, se não sucumbe logo a elas.

A natureza encarregou especialmente as mulheres dos cuidados da primeira educação: são estes cuidados para as mães obrigação sagrada, a que sem crime se não podem esquivar; e é da observância ou infração desta lei que depende principalmente a sorte feliz ou infeliz dos homens.

Logo depois da concepção começam os deveres maternos. Tanto que a mulher conhece que está grávida deve, por sua própria conservação e de seu filho, moderar os apetites e paixões, fazer exercício proporcional às suas forças, e submeter-se a um regime conforme a sua idade, constituição e estado. Podem estabelecer, como regra geral para todas as mulheres grávidas, os seguintes preceitos: 1.º Que respirem ar puro, sereno, temperado, não húmido, nem carregado de vapores fétidos ou doentios; 2.º Que use alimentos de fácil digestão, e se abstenham de carne salgada, ou muito cheia de adubos, de massas, e, numa palavra, de todas as substâncias tenazes, pesadas e compactas. Durante a gravidez, as mulheres devem ser mais sóbrias e cautelosas do que em qualquer outro estado. A moderação em tudo é o meio certo de as dispensar de terem de valer-se de remédios, embargando as causas que os torna necessários. 3.º Devem beber pouco vinho, e raras vezes sem água; abster-se inteiramente de bebidas espirituosas; e não beber café senão de tempos a tempos; porque o uso habitual desta bebida tem causado vários maus sucessos. 4.º O exercício a cavalo ou de sege, a dança, e os trabalhos penosos e violentos muitas vezes têm sido funestos: os passeios a pé, os exercícios leves e moderados não só são úteis, mas também indispensáveis. 5.º As mulheres grávidas não devem deitar-se tarde; antes, pelo contrário, devem dormir mais do que o costume. 6.º Muito proveitoso lhes é conservar a paz e tranquilidade de ânimo e distrair-se com jogos e divertimentos. 7.º É importante que se abstenham de sangrias, de vomitórios e de purgantes, que, por ignorância, muita gente julga serem necessários na gravidez, convindo isso apenas em muito limitado número de casos. 8.º Enfim, os vestidos das mulheres grávidas dever ser amplos, e não as apertar. Naquele estado em que o homem natural não está depravado nem pelos bens, nem pelos males da sociedade, a mulher grávida o busca tão pouco a ele como ele a ela. Os povos da América-meio-civilizada não tinham trato com as mulheres durante a gestação; e, verosimilmente, é esta uma das razões, diz Paw, porque ali nascem tão poucas crianças disformes e aleijadas, cuja multiplicação se deve, mais do que muitos pensam, a uma incontinência bruta. Tal é também, sem dúvida, uma das causas porque morrem menos mulheres de parto, entre as mulheres selvagens do que na Europa.

Cabia aqui dizer quanto importa que as mães amamentem seus filhos; mas escusado repetir o que já dissemos no artigo do primeiro volume, a que nos referimos no princípio deste.

Os principais erros que se cometem na educação de infância, consistem no grande número de envoltórios e panos em que se embrulham as crianças, no uso das faixas e na grande quantidade de alimento que lhes dão, nos remédios que lhes ministram sem tento, e sem necessidade, nas branduras a que os habituam, quando os pais são abastados, nas paixões nocivas que eles desenvolvem e fomentam, e nos estudos prematuros.

---

<sup>70</sup> Veja-se vol. 1.º a pág. 5 e 62

Imagina o vulgo que toda a roupa é pouca para uma criança recém-nascida; e para a resguardar das injúrias do ar, embrulham-nas em trapos de todos os feitios e grossuras, e conservam-na metida entre agasalhos, de modo que, passado pouco tempo, a criança já não pode sofrer o ar, constipando-se apenas a expõe a ele. Claramente se vê que tal costume é claramente prejudicial e torna as crianças incapazes de suportarem sem risco, durante o resto da sua vida, as mudanças repentinas da atmosfera, tão frequentes em nossas regiões. Todavia não é muito de reear o efeito do frio nas crianças, porque a experiência tem mostrado que, guardadas as demais proporções, melhor os sofrem elas do que os adultos, tendo, por consequência, menos necessidade de abafos, e de andarem enroupadas. Mas não se contentam com isto: apenas elas vêm a luz do dia, ligam-lhes os pés e as mãos, oprimem-nas, apertam-nas, embrulham-lhes os corpos com faixas, de modo que se não possam bulir. Ora nada contraria mais o desenvolvimento dos membros e da força corpórea do que a falta de ação a que as condenam. Não é pois de admirar que tais crianças sejam débeis e enfezadas.

Outro inconveniente, que nasce do aperto causado pelas faixas, é as disformidades que produz. Os ossos, naquela idade, são tenríssimos, e muito flexíveis: semelhantes à cera, cedem facilmente, e tomam mau jeito, o que é muito difícil de remediar: é esta a razão porque muitas pessoas que nasceram sem nenhum vício de conformação têm as espáduas saídas, a espinha dorsal curvada, e morrem, a maior parte das vezes, de moléstias de bofe. Acresce a isto que a criança assim tolhida, procura soltar-se daquelas prisões, e que à força de gritar e agitar-se põem-se em más posturas, que não só produzem aleijões, mas até hérnias. Além disso o aperto do corpo embarça a respiração e a digestão: por isso não é raro ver-se morrer muitas crianças [de causas] físicas ou de convulsões. O que dizemos das faixas deve aplicar-se também às barbas de baleia, em que metem depois as raparigas, e que são igualmente funestas. Mas que importa que seja à custa da saúde e até da vida, contanto que possam algum dia agradar! Enganam-se todavia os pais e mães: estes supostos meios, imaginados para dar boa figura ao corpo, produzem ordinariamente, como já notámos, aleijões maiores e mais perigosos do que esses que se querem emendar. O único meio que há para embargar os vícios de conformação é imitar os povos selvagens, que não conhecem faixas, nem barbas de baleia, e que nem por isso têm crianças aleijadas. Estudemos sobre esse ponto no livro da natureza: entre os animais cujo único guia é ela, raro é ver algum aleijado ou disforme de nascença.

Seria fastidioso entrar em miudezas sobre o modo de vestir crianças e sobre as diferentes espécies de vestidos que lhes convêm, visto deverem variar, segundo o país e a estação. Quanto ao feitio, este, que se regula ordinariamente segundo a moda, ou o gosto dos parentes, nada influi na saúde; a única regra que há a seguir é que os vestidos das crianças não sejam muito quentes, e talhados por tal modo, que nada tenham apertado, ou que se cinja ao corpo, e que deixe livres todos os movimentos. Devem-se desterrar braceletes, fitas, cintos, e finalmente, tudo o que pode oprimir, ou apertar, e por consequência constringer a circulação, tornar os humores estagnados, e produzir afluência de sangue para a cabeça ou para o peito. A cabeça deve andar levemente coberta, e ao passo que os cabelos crescem, é necessário acostumar a criança a andar sem touca, de modo que, passado um ano, traga sempre a cabeça descoberta.

Enquanto as crianças não andam é escusado calçá-las. Só quando principiam a servir-se das pernas é que disso necessitam; o melhor calçado, então, são alparcas ou sapatos de ourelo.

Convém deitar no berço a criança, quando dorme, só com camisa, sem faixa ou envoltório nenhum, e em lenços bem enxutos que se devem mudar apenas se estiverem sujos, porque a limpeza é um dos meios mais eficazes para conservar a saúde; a cobertura do berço deve ser leve.

O sustento das crianças não é menos importante do que o vestuário: nisto deve ser, como no mais, guia e mestra a natureza; e não se lhe dar mais do que eles necessitam. A mãe deve oferecer o peito ao filho logo que ele mostra vontade de mamar. O primeiro leite que dão os peitos é um soro claro acídulo chamado *colostrum*, que purga a criança e favorece a expulsão do *meconium*, que se junta nos intestinos do feto durante a gravidez. Facilmente é de perceber que quando a criança é privada deste primeiro leite, fica exposta a doenças mortais, que o *colostrum* tem a propriedade de impedir. Assim, esta substância é um remédio preparado pela própria natureza: mas se a criança recém-nascida recebe um benefício de sua mãe, no mesmo instante lho

paga, livrando-a de um humor lácteo superabundante, cuja afluência contínua para os peitos dilata, incha, e neles produz vivas dores e outros acidentes perigosos.

Têm muitas mulheres o pernicioso costume de fazer com que a criança, apenas acabe de nascer, engula alguns cordiais, e até vinho, para a fortalecer, segundo elas dizem, e creem. Nada há mais nocivo do que este costume, e só no caso de nascer a criança com os sintomas de morte aparente, é proveitoso empregar tal meio, para excitar a força vital e promover a circulação. Não menos perigoso é dar-lhes purgantes, que só servem para perturbar e desordenar as funções orgânicas. A natureza proveu nos meios de fazer expulsar à criança o *meconium*: para isso basta o primeiro leite, e quando o não tome, um pouco d’água-mel é mais conveniente, e satisfaz melhor as indicações da natureza, que essas drogas, que lhe repugnam. Outro erro, não menos prejudicial às crianças, é o de lhes dar narcóticos, como láudano, xarope de dormideiras, ou de diacódio, para as fazer dormir. São estes remédios venenos infalíveis, que represam o movimento dos nervos, embotam a sensibilidade, perturbam a ordem das funções, fazem subir o sangue à cabeça, e deixam, não raro, impressões funestas e permanentes nos órgãos do sentimento. Não podem ser úteis senão em limitadíssimo número de casos; e o saber quais eles são pertence, não às mães, mas aos médicos. Mm

Por via de regra o leite das mães, quando são bem constituídas, nos três ou quatro primeiros meses, raríssimas vezes é necessário dar-lhes outro alimento. Antes de findar este período, o estômago não está em circunstâncias de digerir outra coisa, que não seja o leite, destinado pela natureza para ser o sustento dos recém-nascidos: é o leite um alimento acomodado à fraqueza dos órgãos digestivos das crianças, ao grau de ação que a digestão deve excitar em todo o sistema, e próprio para dar a porção de sucos alimentícios necessários para o crescimento. Bem pouco é preciso para isto nos primeiros meses; e as mães e amas pecam, ordinariamente nestes pontos, imaginando que a criança tem fome todas as vezes que grita, dão-lhe o peito dez ou doze vezes por dia. Este erro é um dos mais perigosos; porque as crianças não gritam senão quando têm dores, ou quando alguma coisa as incomoda. A fome, quando principia, não produz dor; e quando qualquer criança tem necessidade de mamar, manifesta com bem claros sinais, antes de começar a chorar.

Não é só pela grande quantidade de alimentos, mas também pela sua má qualidade, que se peca no regime das crianças. Os caldos feitos com farináceos não fermentados, a açorda com açúcar, as especiarias, doces, pasteis, etc. nunca se lhes deviam dar. Produzem as primeiras azias, cólicas, diarreias e convulsões; e todos, em geral, excitam as crianças a tomar mais alimento do que deviam. Isto as faz engordar de mais, o que não é, como o vulgo crê, sinal de saúde; porque as crianças muito gordas são mais do que as outras sujeitas a afeções espasmódicas e convulsas, a catarro, etc. Os alimentos simples, mais leves e fáceis de digerir, são os únicos que convêm em tais idades, em consequência da fraqueza dos órgãos da digestão. O pão bem amassado e cozido é o alimento mais apropriado; e pode-se-lhe ajuntar o leite de vaca, do seguinte modo: coze-se o pão em água, e escoando-se esta, deita-se sobre o pão suficiente quantidade de leite frio ou morno, mas que não tenha sido fervido. Quando a criança chega aos seis ou oito meses precisa de sustento mais substancial: é bom então dar-lhe sopas de carne duas ou três vezes por dia; mas não convém que coma carne antes de estar desmamada, de ter dentes com que mastigar, e ainda assim deve comer muito pouca. O regime végeto-animal torna-se necessário nesta época, porque se a criança fizesse uso só de vegetais, como o aconselham alguns autores, que consultaram mais a sua imaginação do que a natureza e a experiência, ficaria sujeita às azias, e a tudo o mais que dali provém.

Como a criança vai crescendo, começa a precisar de mais alimento. Depois de desmamada deve-se-lhe dar de comer quatro ou cinco vezes por dia, mas nunca de noite. A quantidade deve ser proporcional ao apetite, e quando os alimentos são simples é raro que ela queira mais do que é necessário: todavia, também não se lhe deve dar menos do que precisa, como fazem alguns pais, receando que a criança se torne estúpida. Este excesso é mais perigoso ainda que o excesso contrário, porque o abatimento que isto produz é quase sempre mortal sendo certo que a natureza remedeia melhor as moléstias que provém de demasiado enchimento de estômago.

A fruta é muito proveitosa às crianças; a natureza faz com que esta se torne apetitosa; por isso elas a buscam avidamente, e a preferem a outra qualquer substância. O que importa é dar-lha bem madura, e tomar em atenção que não comam muita.

- Tanto que a criança chega aos três anos, se é robusta, convém habituá-la a usar de todos os alimentos vegetais com moderação e aumentar gradualmente a quantidade de carne, principalmente da que for gelatinosa. É necessário variar-lhe os alimentos, mas que estes sejam sempre simples. Há quem aconselhe a abstinência dos legumes, dos farináceos e das raízes. Este conselho não serve se não para as crianças fracas e doentes, porque para as fortes e sadias tais alimentos são excelentes.

A saída dos dentes é muitas vezes uma época critica acompanhada de diarreias, cólicas, convulsões, febres agudas, e que, não raro, é fatal para as crianças. Todavia esta doença não é natural, porque muitas nada padecem, ou muito pouco, o que demonstra que tais afeções não são forçadas; e, com efeito, dependem, por via de regra, da plethora e azedume dos sucos digestivos, e sobretudo da grande mobilidade do sistema nervoso. Podem-se, pois, impedir, sujeitando as crianças à dieta já apontada, e que a experiência, prova ser conforme com a natureza.

Todos os preceitos que temos dado seriam inúteis, e a criança ficaria sempre débil, se desprezassem o exercício, cujo desejo nasce com o homem. A raquite e as alporcas provêm a maior parte das vezes da inação e constrangimento em que têm as crianças, que naturalmente são inclinadas ao movimento; mas como nos primeiros meses o não podem fazer, por si próprias, é necessário encarregar deste cuidado as amas. O exercício mais conveniente para as crianças que ainda não andam é levá-las ao ar livre, recomendando-se a quem as leva, que as mude de braço, para que não contraíam o hábito de se inclinarem mais para um do que para outro lado, o que com o andar do tempo pode produzir um aleijão na coluna vertebral, e no lado que se acostumou a estar torcido. O melhor modo, porém, de trazer uma criança será em ambos os braços, de modo que ela se encoste ao peito da pessoa que a traz. Nesta atitude nenhum dos membros fica em postura falsa.

Outro exercício não menos útil nos primeiros meses, digam o que quiserem os que reprovam por ofício todos os costumes populares, é o embalar. A renovação frequente do ar, os abalos moderados de todos os membros, e a ação recíproca das vísceras que isto produz, faz necessariamente uma impressão, salutar nos órgãos da criança: devendo-se acrescentar a isto que o embalar a distrai quando padece; e embota a excessiva sensibilidade dos nervos, mas não os torna, calosos.

Não deve haver pressa em fazer andar as crianças: só depois de se desmamarem aos dez meses, e quando as extremidades inferiores já têm bastante força para. sustentar o peso do corpo, é que convém i-las habituando a isso. O melhor método é segurá-las pela mão. Deve-se proscrever o uso de andadeiras, que obrigam a inclinar as crianças para diante, e as fazem curvar; porque lhes pesa sobre o peito todo o corpo, do que resulta que o peito se encova, e a respiração se oprime. O verdadeiro é deixá-las receber as lições da natureza e da experiência, consentindo que se rolem pelo chão. Não só as fortalece este exercício, mas ensina-as a servirem-se dos membros: começam assim a caminhar sós muito cedo, sem necessidade de guia.

Tanto que a criança possa andar, importa que a deixem exercitar ao ar livre, e não lhe embarçar os movimentos e brincadeiras próprios da sua idade. As carreiras, os saltos, e os outros exercícios são absolutamente precisos, e, só por este meio ganha robustez o corpo: cumpre, todavia, fazer-lhe evitar o excesso, que esgota as forças, e causa, graves doenças, produzindo nos corpos tenros o mesmo efeito que o trabalho imoderado ou prematuro produz nos artífices e lavradores. Os órgãos endurecem, o corpo envelhece muito cedo, e, por consequência, não se desenvolve inteiramente, nem cresce quanto devia crescer. As fricções secas na pele das crianças são meio eficazes, e propiciíssimo para as fazer robustas. Produzem o mesmo efeito que o exercício, favorecendo a livre circulação das forças. Este meio empregado nos tempos mais remotos, e desprezado hoje, dá desembaraço nos órgãos e favorece o seu desenvolvimento, este conselho nunca será demais recomendá-lo.

São os Banhos frios de grande proveito, tanto nos países setentrionais, como nos nossos, em que os corpos têm que padecer, frequentes vezes, repentinas mudanças da atmosfera. Nada é

também mais conveniente para dar aos órgãos o vigor necessário para resistir às impressões súbitas, que obrigam a movimentos opostos, e que se cruzam, e sucedem rapidamente.

O sono é o estado quase contínuo dos recém-nascidos. Assim era necessário para dispor o corpo para a nutrição e desenvolvimento. Quase todos os primeiros instantes da infância são marcados pela necessidade de dormir; mas, ao passo que o homem se afasta da sua origem, essa precisão diminui, de modo que na idade proventa debalde a invoca. Na velhice é atormentado pela insónia; e poucos indivíduos há, que nessa idade senão queixem de pouco dormir.

As camas, ou berços em que dormem as crianças devem estar em sítio bem arejado. Nada há mais pernicioso do que o ar não renovado e corrupto. Deitam, por via de regra, as crianças de costas: esta situação não é a mais favorável, e quando as deixam à sua vontade, raras vezes se põem desse modo: é, de lado que elas ordinariamente se deitam, com as pernas e braços alguma coisa encolhidos: Esta postura é a mais vantajosa, porque deixa livre o jogo, das vísceras, quando pelo contrário, deitando-se de costas, a ação e o curso dos humores é violentado, na cabeça, no peito, e no ventre.

Convém que seja dura a cama das crianças e até apenas um enxergão: cama dura dá-lhes força e vigor; um leito brando enfraquece-as e abate-as. Não se tema que não possam dormir achando-a dura; porque para uma criança tudo serve de cama.

Em geral, é essencialíssimo habituar as crianças a uma vida áspera e ativa: bom seria até que lhes fizessem suportar algumas privações, e que soubessem o que é a fome, a sede, e principalmente a fadiga. É-lhes proveitoso saber que o apetite é o melhor cozinheiro, e o único de estimar. Estes meios não contribuem pouco para fortificar os órgãos, assegurar a saúde, e prolongar a vida. Nada debilita mais, nem predispõe tanto para padecer enfermidades, que pretender resguardar as crianças do menor sopro de vento, e tê-las muito abafadas, encher-lhes o estômago de alimentos delicados, e consentir-lhes o uso de vinho, do café, do chocolate, e dos temperos irritantes.